



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Fundamental

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2000

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretário-Executivo

Luciano Oliva Patrício

Secretária de Educação Fundamental

Iara Glória Areias Prado

Diretor de Política da Educação Fundamental

Walter Kiyoshi Takimoto

Diretora de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Fundamental

Maria Auxiliadora Lopes

Diretor de Acompanhamento do FUNDEF

Ulysses Cidade Semeghini

Chefe de Gabinete

Márcia da Silva Ferreira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	4
Parâmetro em Ação.....	4
Rede Nacional de Formadores – RNF	13
Material Didático e Paradidático.....	13
Valorização do Professor.....	19
2. AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	23
3. PARCERIAS E ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	25
4. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEF.....	26
5. FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO.....	33
Análise de Projetos de Instituições Governamentais e Não-Governamentais	33
Desenvolvimento de Ações Educacionais Direcionadas aos Municípios com Áreas Remanescentes de Quilombos	40
ANEXOS	45

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta dados e informações alusivas aos “Programas e Projetos” desenvolvidos pelas unidades organizacionais da Secretaria de Educação Fundamental no exercício de 2000.

No presente ano, a Secretaria de Educação Fundamental priorizou o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – “PCN em Ação” – como mecanismo para elevar a formação do professor e a médio prazo a melhoria qualitativa do ensino fundamental. Neste contexto, atendendo a política de Formação, constituiu-se e consolidou-se a Rede Nacional de Formadores que apoia os sistemas de ensino na implementação do Programa “Parâmetros em Ação”.

O referido Programa perpassa os segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Indígena e Educação Ambiental e por essa razão aparece nas Coordenações respectivas de forma diferenciada em função do estágio de desenvolvimento em que se encontra.

Na perspectiva de valorizar o Magistério, destacam-se o FUNDEF e os prêmios criados para incentivar a elaboração de projetos educativos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Salienta-se, ainda, a produção e avaliação de materiais complementares que apoiam a formação continuada dos professores e a avaliação e escolha do Livro Didático.

As parcerias também têm sido utilizadas como mecanismo para implementar os Programas e projetos em desenvolvimento, dentre as quais merecem ser citadas as realizadas com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Comunidade Solidária, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Fundação Orsa, Fundação Santista, Agência Nacional de Energia Elétrica, Ministério do Meio Ambiente, *World Wildlife Fund* - WWF etc. Outra parceria que merece destaque é a firmada com os Estados Unidos da América, por meio do Programa de Intercâmbio Profissional entre professores Brasileiros e Norte Americanos.

A SEF/MEC apoia o Programa “Aceleração de Aprendizagem”, cujo público-alvo é constituído por alunos com distorção idade-série, procurando criar as condições necessárias a apropriação dos conhecimentos, resgatando, dessa forma, sua auto-estima e regularizando o ‘fluxo escolar’.

Outra forma de atuação é a orientação técnica aos sistemas de ensino na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais apoiados financeiramente pela SEF/MEC nas abrangências de Educação Escolar Indígena, Aceleração da Aprendizagem e Educação de Jovens e Adultos.

1. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

PARÂMETROS EM AÇÃO

O PCN em Ação representou, no decorrer do ano 2000, uma das mais relevantes ações que o Ministério vem desenvolvendo em parceria com as Secretarias de Educação estaduais e municipais, além de Universidades e outras instituições formadoras.

Nesse sentido, divulgar e estruturar o Programa nas diferentes regiões constituiu-se no grande desafio da Secretaria de Educação Fundamental.

Dentre outras ações, foram realizados encontros para a capacitação inicial nos sistemas, firmaram-se os Termos de Adesão com as Secretarias e, ainda, foi constituída a Rede Nacional de Formadores, integrada por profissionais contratados pelo MEC, visando apoiar e assessorar, nos locais, a implantação do Programa.

Este Programa foi desenvolvido em dois momentos distintos intitulados Fase I e II. Na Fase I a equipe da SEF/MEC capacitou os coordenadores gerais e de grupo das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios.

Na Fase II, os coordenadores gerais e de grupo, treinados na Fase I, passaram a formar os profissionais que atuam nas escolas e nas próprias secretarias (diretores, coordenadores pedagógicos, professores técnicos em educação) contando, quando necessário, com a assessoria da equipe de consultores e formadores da SEF/MEC.

Podemos constatar, nas tabelas que seguem, a abrangência do Programa no exercício de 2000, no que se refere aos profissionais que atuam na Educação Infantil, na Alfabetização, no Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série e na Educação de Jovens e Adultos, bem como os Estados e Municípios que aderiram a esse Programa.

Consolidação - PCN em Ação – Ano 2000 Alfabetização, 1ª a 8ª séries

UF	Capacitação			Encontros realizados segundo os meses												
	Nº de Pólos	Nº Munic.	Nº de Coord.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Norte	14	134	1820	01	01	03		01	01	01		03	01	01	01	14
Nordeste	25	325	4646		03	03	02	02		05	05	02	02	01		25
Centro-Oeste	07	71	837				01	01		02	01	01		01		07
Sudeste	25	429	4005		01	01	02	05	03	02	05	01	02	03		25
Sul	11	215	2038				01	02	04		02			02		11
Total	82	1174	13.346	01	05	07	06	11	08	10	13	07	05	08	01	82

Fonte: Relatório COEF – 1º semestre e relatórios dos integrantes da RNF e dos formadores.

Material distribuído para realização dos encontros

Encontros	Nº de Exemplares
Alfabetização	14.343
1º e 2º - 1ª a 4ª séries	15.508
3º e 4º ciclos – 5ª a 8ª séries	27.608
Total	57.455

Parâmetros em Ação – Educação Infantil**Encontros para Implementação do Programa PCN em ação – Fase I**

Região	UF	Quant.Eventos	Nº Participantes
Norte	AM/RR/TO/PA	08	358
Nordeste	BA/CE/MA/PE/RN	10	368
Centro Oeste	MS/MT/GO	06	219
Sudeste	ES/MG/RJ/SP	23	1.121
Sul	PR/RS/CS	12	503
Total	19 UFs	59	2.566

**Eventos de 2000 - PCN em Ação – Fase I
Quadro Síntese**

UF	Pólo	Total Mun. Envolvidos	Nº Coord. Gerais	Nº Coord. Grupo
AM	Manaus	1	4	77
BA	Irecê, Juazeiro, Teixeira de Freitas	26	3	108
CE	Russas	13	1	36
ES	Mimoso do Sul	11	1	35
GO	Alto Paraíso, Itapuranga	10	2	50
MA	Imperatriz, São Luís, Vargem Grande	34	4	96
MG	Barbacena, Governador Valadares, Mantena, Patos de Minas	62	8	238
MS	Cassilândia, Dourados	13	2	74
MT	Cuiabá, Lucas do Rio Verde	140	13	78
PA	Benevides, Conceição do Araguaia, Marabá	36	4	180
PB	Campina Grande	14	3	40
PE	Petrolina	12	1	25
PR	Francisco Beltrão, Irati, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul, Londrina, Toledo, Umuarama	102	12	253
RJ	Itaperuna, Nitérois, Nova Friburgo, Macaé	43	7	197
RN	Pau dos Ferros	19	1	48
RR	Boa Vista	15	1	35
RS	Ijuí, Caxias do Sul, Passo Fundo	39	4	90
SC	Dionísio Cerqueira, Rio do Sul	39	3	140
SP	Andradina, Barretos, Catanduva, Cruzeiro, Franca, Hortolândia, Itatiba, Lins, Mogi Mirim, Orlandia, Santa Cruz das Palmeiras, São Carlos, São José do Rio Preto, Serrana	237	19	616
TO	Palmas	6	2	55
Total Geral		872	95	2.471

Encontros de Formação do Grupo Nacional de Formadores PCN em Ação - Fase II

Região	UF	Quant. Eventos	Quant. Participantes
Norte	AC,RO	15	71
Nordeste	AL, BA, CE, PB, PE, RN, SE	74	446
Centro-Oeste	DF, GO, MS	40	158
Sudeste	ES, SP	27	278
Sul	SC, PR, RS	36	209
Total		192	1.162

Eventos de 2000 - PCN em Ação – Fase II Quadro Síntese

UF	Pólo	Total Mun. Envolvidos	Nº Coord. Gerais	Nº Coord. de Grupo
AC	Rio Branco	20	8	37
AL	Maceió	30	6	50
BA	Feira de Santana, Salvador	27	6	108
CE	Camocim	27	6	26
DF	Brasília	11	5	39
ES	Vitória	17	2	16
GO	Campos Belos, Formosa	27	5	64
MS	Campo Grande	17	8	37
PB	Campina Grande, João Pessoa	46	5	60
PE	Caruaru	34	5	66
PR	Maringá	24	1	57
RN	Natal	26	1	45
RO	Ji-Paraná	15	2	24
RS	Carazinho	73	4	50
SC	Concórdia, Jaraguá do Sul	20	2	95
SE	Aracaju	60	9	63
SP	Jundiaí, Organização da REMEC	184	21	239
Total Geral		658	96	1.076

Implementação em 22 Pólos

Material distribuído para os Eventos do PCN em Ação – Fase 01 e 02:

Parâmetros em Ação Educação Infantil: 4.740 exemplares

Parâmetros em Ação Alfabetização: 4.477 exemplares

Parâmetros em Ação – Educação de Jovens e Adultos

De acordo com a orientação do programa, as secretarias de educação que dele participam organizaram grupos de estudos em 24 Unidades da Federação e em 869 Municípios. Foram formados 59 pólos vinculados às secretarias municipais e 12 vinculados às secretarias estaduais, com um total de 1994 coordenadores gerais e de grupo.

Eventos de Formação continuada – PCN em Ação

Região	UF	Pólos Municipais	Secret. Munic. Representadas	Prof. e Técnicos Formados
Norte	RR	Boa Vista	11	25
	PA	Conceição Araguaia, Marabá	10	36
	TO	Palmas, Tocantinópolis	14	31
Nordeste	AL	Maceió	9	20
	BA	Teixeira de Freitas, Jacobina, Juazeiro, Salvador, Irecê	59	160
	CE	Sobral, Russas	28	52
	MA	Vargem Grande, Imperatriz	16	38
	PB	Campina Grande	26	43
	PE	Recife	1	28
	RN	Angicos, Pau dos Ferros	30	55
	SE	Aracaju	15	28
Centro-Oeste	MS	Três Lagoas, Cassilândia, Campo Grande	22	74
Sudeste	ES	Mimoso do Sul	12	13
	MG	S. Joaquim de Bicas, Gov. Valadares, Barbacena, Patos de Minas	29	97
	RJ	Itaperuna, Niterói, Macaé	22	84
	SP	Mogi Mirim, Pres. Prudente, Bragança Paulista, S. José Campos, Lins, S. José do Rio Preto, Cruzeiro, Arujá, São Carlos, Barretos, Itatiba, Sta. Cruz das Palmeiras, Sertãozinho, Aparecida, Serrana, Catanduva, Franca, São Roque, Limeira, Mogi das Cruzes, Olímpia	243	510
Sul	PR	Toledo, Laranjeiras do Sul	26	58
	RS	Sta. Cruz do Sul, Passo Fundo, Caxias do Sul, Ijuí	64	120
	SC	Joinville	8	39
Total			645	1511

UF	Pólos Estaduais	SEMED/ SEDUC representadas	Prof. e Técnicos formados
AC	SEDUC - AC	8	29
AM	SEDUC - AM	2	33
CE	SEDUC - CE	22	57
ES	SEDUC - ES	16	78
GO	SEDUC - GO	89	109
MA	SEDUC - MA	23	32
MT	SEDUC - MT	14	28
PB	SEDUC - PB	12	18
RO	SEDUC -RO	4	26
RR	SEDUC -RR	5	13
SC	SEDUC - SC	28	53
TO	SEDUC/UNITINS - TO	1	7
	Total	224	483

Total Estadual	224	483
Total Municipal	645	1511
Total Geral	869	1994

Material distribuído nos eventos de formação continuada

Eventos	Nº de Exemplares
Alfabetização	1.150
PCN Educação de Jovens e Adultos	7.117
Total	8.267

Parâmetros em Ação – Meio Ambiente

Tendo como base as políticas da SEF e a Política Nacional de Educação Ambiental, a SEF vem trabalhando em duas dimensões:

inserir a temática ambiental nas disciplinas do ensino fundamental, por meio da formação continuada de professores;

promover a implementação de projetos de Educação Ambiental em consonância com o projeto educativo da escola.

Estas dimensões estão contempladas no Projeto Parâmetros em Ação – Meio Ambiente

Objetivos do Projeto:

formar professores do ensino fundamental em Educação Ambiental;

orientar o estudo dos Parâmetros Curriculares do tema transversal Meio Ambiente;

oferecer meios para o aprofundamento do tema Meio Ambiente existente nas disciplinas;

discutir formas de trabalhar o tema Meio Ambiente junto ao projeto educativo da escola.

Principais ações desenvolvidas no ano de 2000

Elaboração dos módulos dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente realizada em Brasília e São Paulo, por meio de 21 reuniões, com a participação de consultores e especialistas da área;

duas reuniões técnicas de trabalho com a equipe da TV Escola/SEED/MEC, com a finalidade de promover a divulgação das propostas dos Parâmetros em Ação de Meio Ambiente;

realização da Teleconferência Parâmetros em Ação de Meio Ambiente ocorrida em junho, com retransmissão nacional pela TV Executiva/MEC.

Alcance da execução do Programa PCN em Ação

O Programa PCN em Ação formou, neste exercício, 18.000 coordenadores que irão beneficiar 346.560 professores que atuam na Educação Infantil, na Alfabetização, nas oito séries do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

Avaliação do Programa PCN em Ação

Os resultados alcançados com a implantação do Programa, foram avaliados por meio de coleta de dados e informações, relatórios das instituições participantes e dos consultores/formadores da SEF/MEC, e os seminários regionais, que se constituíram em significativo momento de reflexão e encaminhamento de bases para o planejamento 2001.

Seminários Regionais - PCN em Ação

Região	UF	Nº Representantes	Período	Local
Norte	AC, AM, RO e RR	151	24 a 26 de out	Rio Branco/AC
Nordeste 1	AL, BA, PE e SE	106	30 de out a 1º de nov	Salvador/BA
Nordeste 2	CE, MA, PA, PB, RN e TO	72	25 a 27 de out	João Pessoa/PB
Centro Oeste	DF, GO, MG, MS e MT	83	04 a 06 de out	Brasília/DF
Sul	PR, RS e SC	50	27 a 29 de nov	Joinville/SC
Sudeste	ES, RJ e SP	150	29 de nov a 1º de dez	São Paulo/SP
Total		612	-	-

Os roteiros que pautaram as discussões, durante os Seminários, enfocavam as seguintes Temáticas:

avaliação do *Programa "Parâmetros em Ação"*, do ponto de vista das Secretarias de Educação, em relação aos aspectos institucionais;

avaliação do *Programa "Parâmetros em Ação"*, do ponto de vista das Secretarias de Educação, em relação aos aspectos pedagógicos;

dimensão pedagógica do Programa;

caderno de registro;

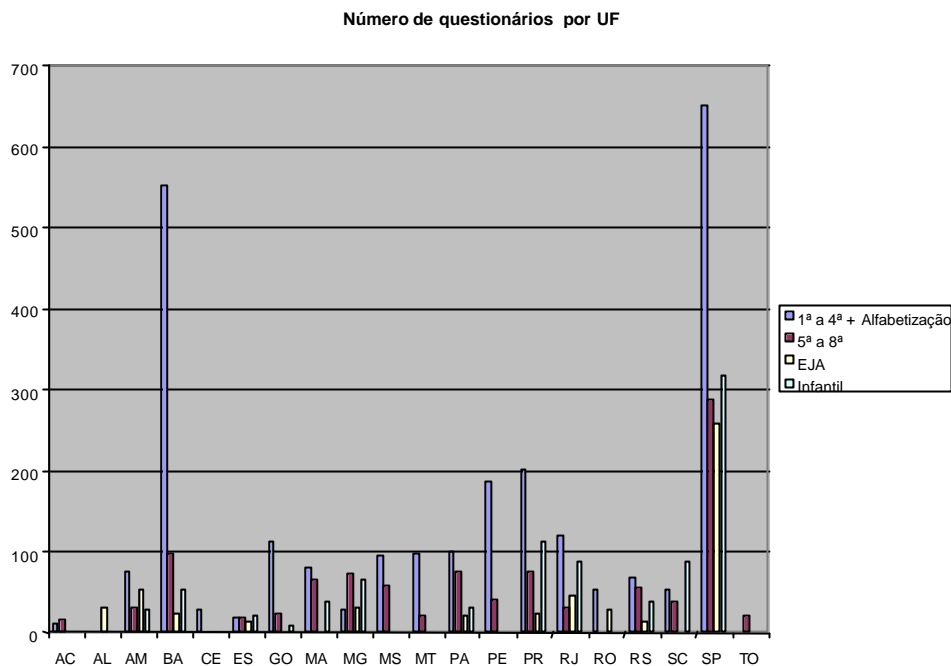
estratégias para a consolidação e a continuidade do Programa.

Avaliação dos Encontros PCN em Ação

1. Distribuição de Questionários

Desde 1999, os encontros iniciais do *Programa "PCN em Ação"* são avaliados pelos participantes por meio de um questionário distribuído pela SEF. A partir de fevereiro de 2000, uma nova versão do questionário passou a ser utilizada.

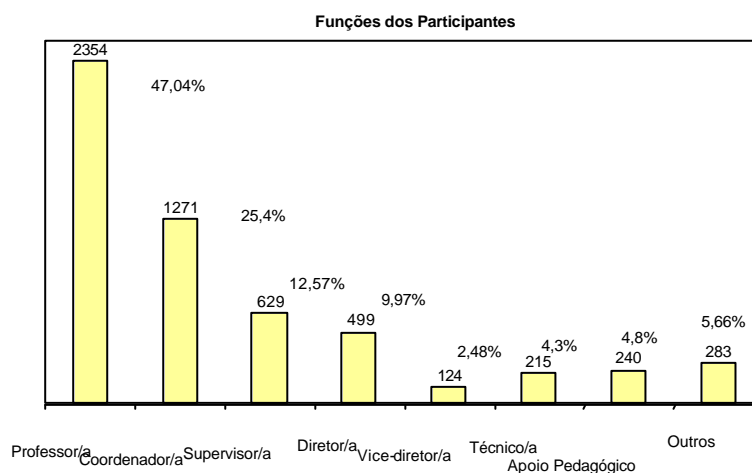
Até 15 de novembro de 2000, foram recebidos e analisados 5004 questionários. O número de questionários recebidos e analisados, por UF de origem, pode ser visto na figura que segue.



2. Características dos participantes

2.1. Função

As funções exercidas pelos participantes são, em sua maior parte, funções diretamente ligadas aos aspectos pedagógicos e gerenciais da escola (Figura abaixo: os valores somam mais de 100% porque é possível uma pessoa exercer mais de uma função). Como mostra a figura, a maioria exerce a função de professor ou de coordenador (47,04% e 25,4%, respectivamente). Cerca de 13% são supervisores, e funções de direção ou vice-direção da escola são exercidas por cerca de 12%. Os que trabalham como técnicos nas secretarias ou na área de apoio pedagógico somam aproximadamente 9%. Apenas 5,7% exercem outras funções.



2.2. Local de trabalho

Quanto ao local de trabalho, grande parte dos participantes nos encontros são funcionários da Secretaria de Educação Municipal ou Estadual (aproximadamente 45%) e/ou professores em escolas públicas de Ensino Fundamental (46,6%). (Os valores somam mais de 100% porque é possível uma pessoa exercer mais de uma função).

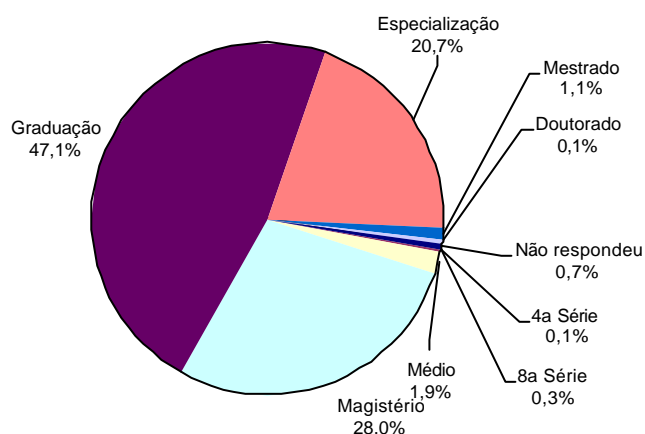
Local de Trabalho dos Participantes

	Nº	%
Secretaria estadual	418	8,4
Secretaria municipal	1827	36,5
Escola pública	2333	46,6
Universidade	112	2,2
Outros	639	12,8

2.3. Escolaridade

Uma proporção de 69% dos participantes possui pelo menos a graduação completa, sendo 47% graduados e 22% com pós-graduação (na maior parte dos casos, especialização: 20,7%). Os que completaram o curso de magistério somam 28%. Menos de 3% são professores leigos (completaram o ensino médio ou apenas o Ensino Fundamental). Tal cenário é ilustrado na Figura abaixo.

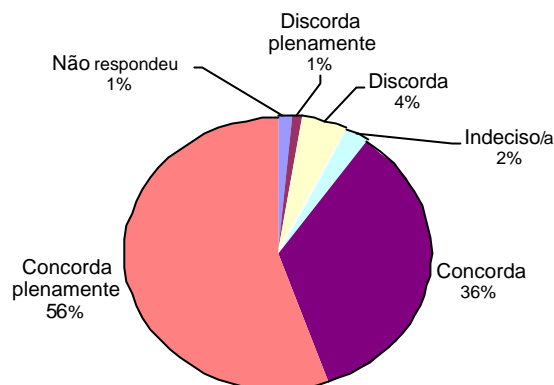
Escolaridade dos Participantes



3. Conteúdo

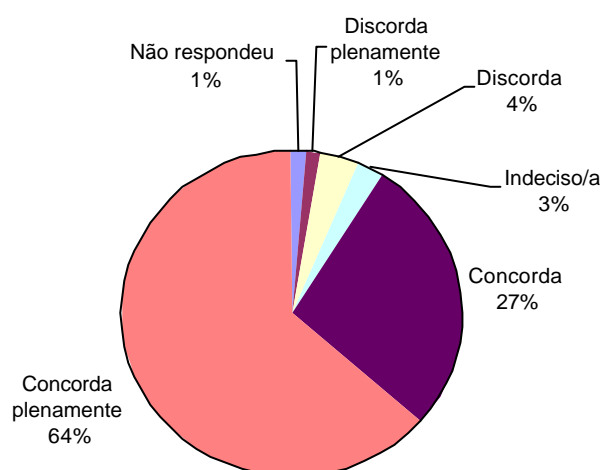
Em sua grande maioria, os participantes consideraram que os conteúdos das atividades realizadas durante os quatro dias de encontro atenderam aos objetivos propostos e ofereceram subsídios para seu futuro trabalho como coordenadores gerais ou de grupo.

Os conteúdos das atividades realizadas atenderam aos objetivos propostos, oferecendo subsídios a coordenadores gerais e/ou de grupo para a implementação do Programa "Parâmetros em Ação".



4. Metodologia

A metodologia utilizada durante o encontro permitiu uma visão geral do trabalho a ser realizado e serviu de referência para sua prática de coordenador do Programa.



REDE NACIONAL DE FORMADORES – RNF

Visando o fortalecimento das equipes das Secretarias e, ao mesmo tempo, o apoio no sentido de implantar e implementar o Programa junto aos estados e municípios que a ele aderiram, constituiu-se a Rede Nacional de Formadores – RNF, composta por profissionais identificados pela liderança técnico-pedagógica que eles ocupam nas diversas regiões do Brasil, em diferentes espaços institucionais.

As reuniões periódicas da RNF, objetivaram, em síntese, a avaliação do Programa em seus aspectos institucionais e pedagógicos, por meio de relatos e discussões em grupo sobre os avanços atingidos e as dificuldades e problemas enfrentados.

Na última reunião do ano, realizada em dezembro, foram socializados os encaminhamentos consolidados a partir da realização de 6 (seis) Seminários Regionais, os quais subsidiarão a definição de estratégias para a continuidade do Programa em 2001.

O quadro seguinte discrimina as referidas reuniões, segundo o período de realização, local e número de participantes.

Reuniões Técnicas – RNF

UF	Local	Período	Participantes		
			Nome	SEF	Geral
DF	Brasília	05 a 07 jul	Equipe de Assessores e Técnicos da SEF/MEC e Representantes da Rede Nacional de Formadores nos Estados	31	72
DF	Brasília	06 a 08 dez	Equipe de Assessores e Técnicos da SEF/MEC e Representantes da Rede Nacional de Formadores nos Estados	40	160

MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

Com a preocupação de continuar disponibilizando aos sistemas de ensino “material didático e paradidático” de qualidade, a SEF/MEC, no ano de 2000 distribuiu por nível e modalidade as seguintes publicações:

Educação Infantil

Revista Criança

Revista editada pelo MEC há 15 anos, atualmente com uma tiragem de 150.000 exemplares semestrais, busca contribuir para divulgar e implementar propostas educativas de qualidade e incentivar o debate entre os profissionais da área de Educação Infantil, além de subsidiar ações de formação realizadas pelos sistemas de ensino. É distribuída para professores e Instituições de Ensino das redes públicas e privadas. A revista nº 34 encontra-se em fase de editoração.

Distribuição da Revista Criança nº 33

UF	Quantidade Distribuída										
	COEDI	SME ¹	Pré-Escola	Creches	ONG ²	CME ³	PASTORAL	UNIV.	SEE ⁴ e CEE ⁵	SMDS ⁶	TOTAL
AC	233	22	196	9	0	0	3	9	2	0	474
AL	354	101	1244	128	24	0	4	25	2	0	1882
AM	431	62	865	75	22	0	11	20	2	0	1488
AP	143	16	260	23	3	0	2	7	2	0	456
BA	1115	415	10735	492	174	0	21	93	2	0	13047
CE	185	184	6105	960	200	0	10	48	2	0	7694
DF	4082	0	499	227	14	0	1	55	2	0	4880
ES	961	77	1310	310	36	0	5	58	2	0	2759
GO	1336	242	2285	117	1	18	12	84	2	0	4097
MA	49	218	3938	172	166	0	13	24	2	0	4582
MG	3495	853	5653	1266	785	0	29	423	2	0	12506
MS	1000	77	712	142	40	0	7	84	2	0	2064
MT	496	126	88	89	54	1	11	71	2	0	938
PA	242	143	2915	294	168	0	13	62	2	0	3839
PB	384	222	4249	301	35	0	6	41	2	0	5240
PE	737	183	4098	544	104	0	10	84	2	0	5762
PI	304	221	1338	363	69	0	8	23	2	0	2328
PR	1237	403	3404	779	434	0	18	208	2	0	6485
RJ	1086	89	4892	607	158	0	13	318	2	995	8160
RN	411	166	1782	386	44	0	4	48	2	0	2843
RO	356	52	459	65	12	0	4	43	2	0	993
RR	21	15	292	6	4	0	2	2	2	0	344
RS	2008	467	3991	219	275	191	17	254	2	0	7424
SC	1828	292	3321	708	0	88	10	156	2	0	6405
SE	290	75	1462	86	53	0	4	18	2	0	1990
SP	8623	654	7199	2088	555	154	45	956	2	0	20276
TO	161	138	985	50	29	2	6	14	2	0	1387
Total	31568	5513	74277	10506	3459	454	289	3228	54	995	130343

1. SME – Secretaria Municipal de Educação
3. CME – Conselho Municipal de Educação
5. CEE – Conselho Estadual de Educação

2. ONG – Organização Não-Governamental
4. SEE – Secretaria Estadual de Educação
6. SMDS – Secretaria Municipal Desenvolvimento Social

Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil é um documento elaborado para subsidiar o debate e a reflexão sobre a educação Infantil de forma a contribuir para a elaboração de políticas públicas, a melhoria da formação do professor e a realização de práticas pedagógicas na área. Compõe-se de 3 volumes e está organizado em torno de dois âmbitos de experiência da criança: Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo.

Público alvo: Professores de Educação infantil, Secretarias de educação e Instituições Formadoras.

Distribuição do RCNEI às Instituições de Educação Infantil e Secretarias de Educação

Região	UF	RCNEI
Norte	AC/RO/RR/TO/AM/PA	91
Nordeste	AL/BA/CE/MA/PB/PE/PI/RN/SE	343
Cento OESTE	GO/MS/MT/DF	512
Sudeste	ES/MG/RJ/SP	937
Sul	PR/RS/SC	406
Total		2.289

Publicação: Subsídio para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil

Documento elaborado em parceria com representantes dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, consultores e especialistas da área, visando orientar aos sistemas de ensino na fixação de normas complementares para autorização, credenciamento e supervisão de instituições de educação infantil, em cumprimento ao art. 89, das disposições transitórias da LDB.

Foram distribuídos 616 exemplares em 2000.

Publicação: Ação Compartilhada das Políticas de Atenção Integral à Criança de Zero a Seis Anos

Material de apoio e subsídio a estados e municípios no que se refere à integração de creches e pré-escolas aos sistemas de ensino, elaborado em parceria com o setor de assistência social. A realização conjunta deste trabalho parte da consideração que as informações e procedimentos sobre esta ação de caráter técnico demandam uma articulação política entre educação e assistência social, de maneira que não se fragmente o atendimento à criança pequena. O documento busca dar definições claras das atribuições e competências de cada área, a partir do ordenamento legal vigente.

Distribuição da Cartilha Ação Compartilhada das Políticas de Atenção Integral à Criança de Zero a Seis Anos, em 2000

UF	Quantidade				TOTAL
	COEDI (Professores)	SME	SEE e CEE	CME	
AC	0	22	2	0	24
AL	0	101	2	0	103
AM	0	62	2	0	64
AP	0	16	2	0	18
BA	0	415	2	0	417
CE	0	184	2	0	186
DF	700	0	2	0	702
ES	0	77	2	0	79
GO	0	242	2	18	262
MA	0	218	2	0	220
MG	0	853	2	0	855
MS	0	77	2	0	79
MT	0	126	2	1	129
PA	0	143	2	0	145
PB	0	222	2	0	224
PE	0	183	2	0	185
PI	0	221	2	0	223
PR	0	403	2	0	405
RJ	0	89	2	0	91
RN	0	166	2	0	168
RO	0	52	2	0	54
RR	0	15	2	0	17
RS	0	467	2	191	660
SC	0	292	2	88	382
SE	0	75	2	0	77
SP	0	654	2	154	810
TO	0	138	2	2	142
Totais	700	5513	54	454	6721

Educação de Jovens e Adultos

Os materiais didáticos e paradidáticos reproduzidos e/ou distribuídos pela SEF/MEC no ano de 2000 foram elaborados em anos anteriores com a finalidade de subsidiar os sistemas de ensino e instituições que oferecem Educação de Jovens e Adultos. Com ampla aceitação, os materiais são dirigidos aos professores e aos alunos de EJA. A distribuição foi realizada, prioritariamente, às secretarias de educação municipais e estaduais que contaram com recursos do FNDE para sua reprodução. Foram distribuídos conjuntos completos aos participantes do Programa Parâmetros em Ação. O material também foi distribuído para entidades assistencialistas, professores e pesquisadores que os solicitaram.

Material Didático e Paradidático – Distribuição

Título	Tiragem			Objetivo	Público	
	Entrada	Saída	Estoque			
Kit EJA 1º Segmento	3110	2444	666	Em disquete. Composto por materiais didáticos e paradidáticos. Auxiliar secretarias de educação no desenvolvimento das ações de EJA	Secretarias de Educação e Educadores	
Proposta Curricular 1º segmento - EJA	13922	10115	3807	Auxiliar educadores, técnicos e especialistas no desenvolvimento do currículo escolar de jovens e adultos.	Secretarias de Educação, ONGs e entidades assistencialistas que trabalham com EJA	
Kit Por uma Educação Não Discriminatória	3000	1819	1181	Auxiliar educadores, técnicos e especialistas no desenvolvimento do currículo escolar de jovens e adultos.	Secretarias de Educação, ONGs e entidades assistencialistas que trabalham com EJA	
Viver, Aprender I - Disquete	3000	1770	1230	Auxiliar alunos e Prof. de EJA em sua aprendizagem	Secretarias que oferecem EJA - 1º segmento da educação fundamental	
Viver e Aprender II - Disquete	3000	1849	1151			
Viver, Aprender III - Disquete	2900	11	2789			
Viver, Aprender – Livro I Guia do Educador	6330	2427	3903	Auxiliar prof. de EJA em suas atividades em sala de aula		
Viver, Aprender-Mód 1 e 2	8150	2515	5635	Auxiliar alunos de EJA em sua aprendizagem		
Viver, Aprender-Mód 3 e 4	8700	2716	5984			
Viver, Aprender-Mód 5 e 6	8400	2556	5844			
Viver e Aprender – Livro II Guia do Educador	3000	2685	315	Auxiliar prof. de EJA em suas atividades em sala de aula		Professores e Alunos de EJA
Viver e Aprender Módulos 1 e 2	3000	2465	535	Auxiliar alunos de EJA em sua aprendizagem		
Viver, Aprender-Mód 3 e 4	3000	2604	396	Auxiliar prof. de EJA em suas atividades em sala de aula		
Viver, Aprender – Livro III Guia do Educador	3000	1203	1797			
Viver, Aprender-Mód 1 e 2	3000	1811	1189			
Viver, Aprender Mód 3 e 4	3000	1189	1811	Auxiliar alunos de EJA em sua aprendizagem		
Viver e Aprender – Livro IV Guia do Educador	3000	2850	150	Auxiliar prof. de EJA em suas atividades em sala de aula		
Viver, Aprender-Mód 1 e 2	3000	2850	150	Auxiliar alunos de EJA em sua aprendizagem		
Programa de Apoio	5000	No prelo		Informações sobre o Programa de Apoio a EJA	Secretarias Estaduais e Municipais	
Salto Para o Futuro – EJA	3000	700	2300	Fornecer subsídios às secret. educação, educadores e pesquisadores de EJA	Secret. que oferecem EJA 1º segmento da educ. fundam. Prof. de EJA	

Educação Indígena

De acordo com as Diretrizes para a política Nacional de Educação Escolar Indígena, uma escola Indígena deve ser diferenciada, bilingüe, intercultural e específica. Para cumprir tais princípios, a SEF/MEC tem apoiado linhas de publicações e materiais didáticos e estimulado o desenvolvimento profissional continuado de professores indígenas.

Em 2000 foram publicados livros e cartilhas de educação indígena, conforme o quadro abaixo:

Produção e Publicação de Material Didático e Pedagógico

Nome da Obra	Quantidade de Exemplares	Povos Indígenas Beneficiados
E Assim Começou a História que já Havia Começado....	1.300	Umuarama, Kaingang, Guarani
História da Reconquista de Mirandela	1.000	Kiriri
História do Peixe Tesoura	1.500	Tiryó e Kaxuyana
Warana sa'awy etiat	2.500	Sateré-mawé
Wantym sa'awy etiat	2.500	Sateré-mawé
Geografia da Nossa Aldeia	1.300	Maxacali
Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro	2.000	Aruak, Maku, Tukano e Yanomami
Coleção de materiais didáticos: 1 – Tisügühütu, kukügühütu kalapalo, Matipu e Nahukuá, 2 – Tisügühütu, kukügühütu Kuikuro (Foram xerocados, sem cor)	255 255	Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahuka (Línguas Karib)
Contos do Jerônimo	1260 fita K7	Xavante, Bororo, Kaivá-guarani e Terena
A História do Povo Terena	3.200	Terena
Ai'uté Ma Rowatsu'u –	3.200	Xavante
Literatura Infantil Xavante	2.300	Xavante
Livro Waiãpi	1.300	Waiãpi

Divulgação da Temática Indígena para a Sociedade

Seleção e publicação de material sobre o tema e apoio à produção de vídeos. Encontram-se prontos para a divulgação, 10 Programas de vídeos sobre a temática indígena, em parceria com a Secretaria de Educação a Distância.

Desenvolvimento Profissional Continuado – Professores Indígenas

Em 2000, foram aprovados, após análise quanto ao mérito, projetos para capacitação de recursos humanos. Esses projetos receberam da SEF/MEC, apoio técnico e financeiro para sua execução, conforme quadro a seguir:

Projetos Financiados pelo MEC e em parceria com as ONGs

Evento	Local	Período	Proponente	Público Alvo	Povos Indígenas Beneficiados
Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu para o Magistério 12ª e 13ª etapas	Parque Indígena do Xingu/MT	05/10 a 05/11	ISA – Instituto Socioambiental	55 professores indígenas beneficiando 946 alunos	Kuiluro, Kalapalo, Matipu, Nahukua Mehinaku, Waurá, YawalapitAruak), Kamaiurá, Kaiabi, Aweti Yudjá Trumai, Ikpeng, Panara, Suiá
Curso de Capacitação de Professores Ticuna	Benjamin Constant/AM	1º/07 a 30/8	Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües – OGPTB	230 Professores Indígenas beneficiando cerca de 7.500 alunos	Povos Indígenas Beneficiados: Ticuna
Assessoria a professores e suplentes Kanamari	Município de Eirunepé/AM	15/9/00 a 25/2/01 com interrupções	Associação da Igreja Metodista	20 Prof. indígenas beneficiando 1.500 alunos	Povos Indígenas Beneficiados: Kanamari
Produção de material em língua indígena para educação escolar entre os Kaingang e os Guarani do Oeste Paulista	São Paulo Aldeias Nimuendaju, Icatu e Vanuire	setembro a fevereiro de 2000	Núcleo de Cultura e Educação Indígena da Associação de Leitura do Brasil (ALB)	60 alunos indígenas	Os Kaingang, vanuire, Icatu, Guarani do Oeste Paulista
Projeto Anikê	Boa Vista/RR	1ª etapa em julho e 2ª etapa em dezembro	Organização dos Professores Indígenas de Roraima - OPIR	436 professores indígenas beneficiando 7.686 alunos	Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Yekuana, Patamona, Wai-wai, Waimiri-Atroari, Aruk(Wapixana), Yanomamis.
Projeto de Formação de Professores Mebengôkre e Panará	Aldeia Piaracu/MT	11 a 20/11	Associação IPREN-RE de Defesa do Povo Mebengôkre	27 professores indígenas beneficiando 496 alunos	Mebengôkre, Panará e Tapayuna
Curso de Formação antropológica e pedagógica para os educadores/professores indígenas do Distrito de Iauareté	São Gabriel da Cachoeira/AM	16/08 a 1º/09	Federação das organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN	50 professores indígenas beneficiando cerca de 2.500 alunos	Tukano, Desana, Tariana, Tuyuka, Wanana, Kubeo, Pira-Tapuaia, Arapasso, Karapanã, Hüpda
Formação de Professor-Índio	Aracruz/ES	agosto a dezembro	Organização proponente: Associação Indígena Tupinikim Guarani	29 professores indígenas	Tupinikim e Guarani
Formação Continuada de Professores Kaingang em Inhamoré e Votouro	Aldeias de Inhamoré e Votouro/RS	dez/99 a ago/00 com interrupções	ALB – Associação de Leitura do Brasil	Professores e alunos Kaingang do RS	Kaingang.
IU UTE' DO POVO INDÍGENA TUPARI	Rio Branco/AC	agosto a setembro	Associação Agrária dos Povos Indígenas do Rio Branco	6 professores indígenas beneficiando 191 alunos	Tupari, Arikapu e Kampé
Projeto Karo Ikoló	Ji-Paraná/AC	agosto a dezembro	Projeto Pe. Ezequiel – Diocese de Ji-Paraná	13 professores indígenas	Arara e Gavião
Escola de Índios em Pernambuco	Aldeias em Pernambuco	junho a dezembro	Centro de Cultura Luiz Freire	140 professores indígenas	Truká, Kambiwá, Kapinawá, Fulni-ô, Pankararu, Atikum
Curso de Formação dos professores Indígenas de TO	Palmas/TO	julho	Secretaria de Educação do Estado de Tocantins	121 professores indígenas beneficiando 64 escolas	Karajá, Javaé, Xerente., Krahô, Apinajé

Educação Ambiental

Distribuição no ano 2000

Material	Quantidade Distribuída	Público Alvo
Livro “Implantação da Educação Ambiental no Brasil”	2000 exemplares	Professores, escolas, instituições governamentais e não-governamentais e alunos
Livro “ Amazônia Urgente” de Berta Ribeiro	75	Professores, escolas, para pesquisas e ONGs
Livro “ Textos para Série Ambiental do programa salto par o Futuro”	60	SEMEDs, para pesquisas e distribuído em eventos
Fitas de Vídeo das Teleconferências realizadas sobre Educação Ambiental em 1998/1999	80 jogos com 5 fitas cada	Escolas, Universidades, Secretarias de Educação e ONGs
Fita da Teleconferência “ Parâmetros em Ação de Meio Ambiente”	70 cópias	NEAs do Ibama, Escolas que participaram das filmagens, outras escolas que solicitaram, SEMEDs e SEDUCs
Lei nº 9795 “ Política Nacional de Educação Ambiental”	800 cópias xerox e via e-mail	Professores, escolas, instituições governamentais e não-governamentais e alunos e para pesquisa

Programa de Aceleração da Aprendizagem

Durante o segundo semestre de 2000, a SEF atendeu a demanda de público diferenciado, para aquisição do material de Aceleração da Aprendizagem, conforme discriminado a seguir:

Distribuição do Material Didático do Programa “Aceleração da Aprendizagem” – 2º Semestre 2000

Público diferenciado	Nº de Conjuntos de CD-Rom
Escolas Estaduais	01
Escolas Municipais	-
FEDF – Fund. Educ. Distrito Federal	-
Prefeituras/Secretarias	05
Setores do MEC	01
Pessoa Física	01
Universidades Federais	02
Universidades Privadas	06
Associações	02
FUNAI	01
Fundações	02
Conselhos de Educação	-
Escolas Particulares	02
Total	23

VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Prêmio Qualidade na Educação Infantil – 2000

Visando valorizar e divulgar experiências inovadoras e de qualidade, desenvolvidas nas instituições de educação infantil, a SEF/MEC criou, em parceria com a Fundação ORSA e a UNDIME, o Prêmio Qualidade na Educação Infantil. Este Prêmio, busca reconhecer a importância do papel do professor de Educação Infantil no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento da criança e, também, o esforço das Prefeituras, por meio de suas Secretarias de Educação, em garantir condições para um trabalho de qualidade.

Nesse contexto, o Prêmio seleciona 27 trabalhos de professores municipais, um de cada UF do país, que serão premiados, juntamente com os Prefeitos das localidades onde essas experiências foram realizadas. Será, também, contemplada com o Prêmio, a Secretaria de Educação do Município onde foi desenvolvida a melhor experiência dentre as 27 selecionadas.

Foram inscritos, em 2000, o total de 1.157 trabalhos realizados por professores das Redes Municipais de Ensino, com exceção dos municípios do Estado do Amapá, que não concorreram, e dos municípios do Estado de Minas Gerais, que encaminharam os trabalhos, por intermédio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, fora do prazo previsto pelo regulamento.

Dentre os inscritos, 151 trabalhos foram selecionados pelas UNDIMES Estaduais. A Comissão Julgadora Nacional classificou os 25 trabalhos abaixo relacionados.

Quadro Síntese – Prêmio Qualidade na Educação Infantil - 2000

UF	Nº Insc.	Nº Selec. UNDIME Estadual	Nome do Vencedor	Município Vencedor	Título do trabalho vencedor
AC	04	01	Maria Mariano de Souza	Rio Branco	Sítio do Pica Pau Amarelo
AL	20	04	Nádia Santos da Silva	Maceió	Aquarela
AM	14	10	Caetana Alves da Silva	Manaus	Aprendiz da Leitura
AP	00	00		?	
BA	22	07	Gizelda Rodrigues Lima	Juazeiro	Fauna da Caatinga
CE	39	10	Daniela de Sousa Barreira	Quixadá	Saúde Através de Educação
DF	04	04	Sandra Regina Rosa Salim	Sobradinho	Eu, Nós e a Natureza
ES	40	06	Maria Odete Dambroz Guasti	Aracruz	Onde Estamos?
GO	24	06	Valdeci Justino da Silva	Goiânia	Leitura, Descoberta e Magia
MA	29	10	Ivete Dias campos	São Luís	Manifestação da Cultura Popular: Uma Alternativa de Aprendizagem Lúdica e Interativa
MG	94	00		?	
MS	41	08	Clarice Rodrigues da Silva Gasperin	Naviraí	Corpo: 300 Mil Cordéis em Movimento na Busca da Saúde
MT	26	10	Selma Maria de Araújo Romio	Lucas do Rio Verde	Oficinas de Artes
PA	14	06	Cleide Santos de Sousa	Altamira	Brincando e Fazendo Arte
PB	10	04	Giselma Alves de Melo	Campina Grande	Cantar e Brincar para Fomentar a Formação do Senso Crítico na Educação Infantil
PE	07	03	Adriana Cavalcanti dos Santos	Arco Verde	Trupé
PI	03	02	Lúcia de Fátima Meneses Sobreira Oliveira	Teresina	Ser Criança
PR	217	10	Rosemari Abdala Tiburski	Rio Negro	Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil
RJ	102	09	Cleide Fisch de Brito	Rio de Janeiro	Tensões e Diálogo no Cotidiano da Educação Infantil
RN	04	04	Fábia Pereira de Medeiros Lira	Currais Novos	Defendendo o Meio Ambiente: Para Preservar não Existe Idade
RO	04	04	Rosirene Lima dos Santos	Porto Velho	Incentivo à Literatura: Uma História Real
RR	08	03	Jocélia Viana Costa Pereira	Boa Vista	Pequenos Contadores de História
RS	110	10	Rita Suzete Maia	Erechim	Coleta Seletiva de Lixo Domiciliar
SC	65	05	Ariana Chagas Gerzson Knoll	Jaraguá do Sul	Descobrimo Vicent Van Gogh
SE	09	02	Maria Heloísa Veloso Maia Gutierrez Ballester	Aracaju	Por que Cinza e Não Verde (1º Lugar)
SP	236	10	Rosinei Abrelini	Dracena	Circo é Alegria
TO	11	03	Denise Guimarães Aguiar Nunes	Palmas	Brasil 500 Anos
Total	1.157	151	-	-	-

Em solenidade realizada no dia 19/12/2000, no Palácio do Planalto, com as presenças do Sr. Presidente da República, do Ministro da Educação, da Presidência da Fundação ORSA e da UNDIME, foram concedidos diplomas aos professores vencedores do Prêmio e entregue a chave da Kombi, contendo material didático e equipamento (TV, vídeo, brinquedos pedagógicos, livros, etc.), doado pela Fundação ORSA, à Secretaria Municipal de Educação de Aracaju, onde foi desenvolvida a experiência classificada em 1º lugar.

Os 25 professores vencedores receberam, cada um, cheque no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e um baú contendo material escolar para o trabalho com os alunos. Aos Prefeitos dos municípios onde foram desenvolvidas as experiências vencedoras, foi entregue uma estatueta.

II – Prêmio Incentivo à Educação Fundamental – 2000

Desde 1996, os professores da rede pública que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental e que desenvolvem experiências pedagógicas inovadoras e relevantes, vêm participando do “*Prêmio Incentivo à Educação Fundamental*”, instituído pelo Ministério da Educação, em parceria com a Fundação Santista.

Anualmente, são premiados 15 (quinze) trabalhos, escolhidos a partir de seleção prévia realizada no âmbito dos Estados e coordenada pelas Secretarias Estaduais de Educação.

Em 2000, foram inscritos 542 trabalhos, originários de 21 Unidades da Federação/UF. Apenas 06 UF não participaram – AM, AP, GO, MA, RN e SE. Desse total de trabalhos, foram selecionados, em âmbito estadual, 41 experiências, que foram remetidas à SEF.

Após leitura, análise e avaliação dos trabalhos, a Comissão Julgadora classificou os 15 melhores, relacionados no quadro abaixo:

Autoria e Título dos Trabalhos por Unidade da Federação

Título	Nome do professor	UF
Gravidez na Adolescência	Raquel Sales Caldas de Santana	BA
Minha História/Nossa História	Maria Goretti Silva Amaral	DF
Luzes e Sombras	Alcione da Anunciação Caetano	MG
O Trabalho participativo no contexto educacional	Anedina Maria Figueiredo Ferreira	MT
Papai! Mamãe! Te Encontro na Escola	Ruth Ferreira Borga	MT
Ilha de Caratateua: Um Estudo Sócio-Ambiental	Maria do Socorro Monteiro Cabral	PA
Brasil 500 Anos: do Fantástico ao Real	Ilenice Pereira da Silva	PB
Uma lição de cidadania: O trabalho com a leitura e escrita numa perspectiva social	Josefa Rocha de Abreu Saraiva	PI
Pessoas Importantes	Cynthia Maria Martins Werpachwski	PR
Jogos e Brinquedos no Cotidiano da Educação Fundamental	José Ricardo da Silva Ramos	RJ
Trabalhando com Artes Visuais na Alfabetização	Auria de Oliveira Costa Santos	RO
Experiência Redação Viva	Maria do Carmo de Azevedo Salvador	RR
Na Recreação Também se Forma Cidadão	Luciana Lyra Loureira	RR
Lixo, do Problema à Solução	Kátia Raquel Testoni Longen	SC
De Olho No Meu Bairro	Maria Angélica de Carvalho Fraga	SP

A solenidade de premiação foi realizada no palácio da Alvorada no dia 16 de outubro de 2000. Na ocasião, foi oferecido um café da manhã aos professores premiados, com as presenças do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Senhora, do Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, da Secretária de Educação Fundamental e demais representantes do MEC, do Superintendente da Fundação Santista e Senhora, bem como dos membros da Comissão Julgadora Nacional. A cerimônia foi encerrada nos jardins do Palácio, com a entrega dos pergaminhos e do prêmio em dinheiro no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais) aos professores classificados, e, ainda, com a assinatura da Portaria Ministerial instituindo o *“Prêmio Incentivo à Educação Fundamental – 2001.”*

2. AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

O processo de avaliação de livros didáticos passou a ser realizado em parceria com as universidades UFMG, UFPE, UNESP e USP, como parte do novo procedimento operacional do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, que passa a ser institucionalizado. A institucionalização do Programa tem como objetivos, além de apoiar o MEC no processo de avaliação, estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas acadêmicas voltadas para o livro didático, bem como difundir o conhecimento sobre o tema.

Como parte dessa atividade foram realizadas reuniões técnicas tendo em vista a organização do processo, tanto no que diz respeito aos instrumentos, aos procedimentos e ao cronograma, quanto no que se refere ao treinamento das equipes de avaliadores. Para o processo de avaliação pedagógica PNLD/2002, foram submetidos à SEF o quantitativo de livros descritos a seguir:

Áreas	Coleções
Língua Portuguesa	34
Matemática	17
Ciências	17
Geografia	13
História	20
Total	101

Resultado da Avaliação dos Livros Didáticos de 1ª a 4ª série – PNLD/2001

Área	Inscrição	Classificação PNLD/2000			
		RD	REC	RR	EX
Português	157	10	14	48	85
Matemática		122	25	37	43
Ciências	98	4	17	59	18
Estudos Sociais	156	4	15	49	88
Cartilha	36	0	5	17	14
Total	569	35	76	210	248

Dicionários	Classificação				
	Inscrição	RD	REC	RR	Não selecionados
Dicionários da Língua Portuguesa	35	6	6	11	12

Desenvolvimento do Programa de Avaliação

Todo o processo de avaliação dos livros didáticos de 5ª a 8ª série – PNLD 2002, desde a seleção dos livros recomendados e excluídos, até a elaboração das resenhas e pareceres que constarão do guia, foi acompanhado pela Comissão Técnica e equipe técnica da SEF/MEC.

Orientação técnica para escolha e uso do Livro Didático

Foram realizados encontros regionais nos estados de Tocantins, Paraná, Distrito Federal e Bahia, com o objetivo de discutir com os técnicos das secretarias de educação estaduais e municipais, os procedimentos de escolha e uso do livro didático, visando uma melhor apropriação, pelos professores, das informações contidas no Guia.

Do ponto de vista qualitativo, pode-se considerar que estas duas novas diretrizes de atuação que dizem respeito à escolha e uso do livro didático, são uma consequência do próprio processo de avaliação, já que parte do êxito do trabalho com esse livro está condicionada à formação dos professores.

Nesses encontros, após terem sido analisadas as resenhas veiculadas por duas versões diferentes do Guia dos Livros Didáticos, foram feitas sugestões quanto à elaboração das futuras resenhas e ao formato do próximo Guia, PNLD/2002.

Encontros regionais sobre a escolha e uso do Livro Didático – PNLD/2001

UF	Qtd. Eventos	Parceria	Participantes		
			Nomes	Qtd. SEF	Qtd. Geral
BA	01	Secretaria Estadual de Educação da Bahia	Secretarias de Educação da região Nordeste.	03	60
DF	01	Secretaria de Educação da DF	Técnicos das Secretarias de Educação da Região Centro-Oeste;	03	60
TO	01	Secretaria Estadual de Educação da Tocantins	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação da região Norte	03	100
PR	01	Secretaria Estadual de Educação da Paraná	Secretarias de Educação da Região Sul e Sudeste;	03	120

Encontros estaduais sobre a escolha e uso do Livro Didático – PNLD/2001

UF	Qtd. Eventos	Parceria	Participantes		
			Nomes	Qtd. SEF	Qtd. Geral
MG	01	Secretaria Estadual de Educação	Técnicos da Secretaria e Professores	02	120
PE	01	Secretaria Estadual de Educação	Técnicos da Secretaria e Professores	02	80
AL	01	Secretaria Estadual de Educação Alagoas	Técnicos da Secretaria e Professores ligados ao PCN em ação	02	200
DF	01	Secretaria de Educação do DF	Técnicos da Secretaria e Professores	02	50
TO	01	Secretaria de Educação de Tocantins	Técnicos da Secretaria e Professores	02	60
MT	01	Secretaria de Educação do Mato Grosso	Técnicos da Secretaria e Professores	03	120
PI	01	Secretaria de Educação do Piauí	Técnicos da Secretaria e Professores	02	80
CE	01	Secretaria de Educação do Ceará	Técnicos da Secretaria e Professores	02	40
PE	01	Secretaria de Educação do Pernambuco	Técnicos da Secretaria e Professores	02	100

3. PARCERIAS E ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS

Programa de intercâmbio profissional entre professores brasileiros e norte-americanos

Trata-se de um Programa em execução desde o ano de 1998, que busca fortalecer o desenvolvimento profissional dos professores de inglês, em exercício na rede pública, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos.

No decorrer do ano 2000 foi implementada a Fase 3 do Programa. Entre os meses de março e maio, 12 (doze) professores brasileiros, que lecionam língua inglesa, estiveram nos Estados Unidos.

Como nos anos anteriores, participaram professores oriundos dos estados da Bahia e do Ceará, tendo sido incluídos os estados de Goiás e do Paraná. Foram selecionados 3 (três) professores do Paraná e de Goiás custeados pela Secretaria de Educação daqueles estados. Ao MEC coube cobrir as despesas dos representantes da Bahia e do Ceará.

Os 12 (doze) professores de língua inglesa permaneceram no Brasil no período compreendido entre 16 de julho de 19 de agosto de 2000, e participaram de uma reunião em Brasília, no dia 18 de agosto.

Está prevista a ampliação para as áreas de Ciências Naturais e Matemática, não apenas para os estados já participantes, como também para outros estados brasileiros.

Atividades da SEF junto ao CONANDA e ao CONAD

A Secretaria de Educação Fundamental, na qualidade de representante deste Ministério junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e junto ao Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, participou das assembléias e reuniões de trabalho promovidas pelos referidos conselhos.

Atividades da SEF junto ao CONANDA

Além de participar nas Assembléias Ordinárias desse Conselho, quase sempre realizadas em Brasília, a SEF colaborou com a elaboração do documento “Dirigentes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência”, publicado pelo CONANDA, e participou de duas Assembléias Extraordinárias, uma realizada em São Luís/MA e outra na cidade de São Paulo.

Atividades da SEF junto ao CONAD

Participação nas assembléias ordinárias do Conselho, realizadas em Brasília, bem como elaboração de pareceres tendo em vista solicitações apresentadas pela presidência do CONAD.

4. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEF

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, criado pela EC nº 14/96 e regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e pelo Dec. nº 2.264/97, integra o Programa Brasil em Ação e a Rede de Proteção Social do Governo Federal, tendo como objetivo a subvinculação de recursos devidos à educação por exigência da Constituição Federal, ao ensino fundamental, redistribuindo-os entre as esferas de governo Estadual e Municipais de uma mesma Unidade Federada, com base no número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, de modo a proporcionar a melhoria da qualidade do ensino oferecido e a valorização dos profissionais do magistério.

Análise dos valores vinculados ao FUNDEF

Composição do FUNDEF segundo a origem

Origem dos Recursos	1998		1999		Previsão 2000	
	FUNDEF	PART %	FUNDEF	PART %	FUNDEF	PART %
FPM	1.838,3	13,8	2.042,0	13,4	2.170,8	12,7
FPE	1.638,1	12,3	1.819,9	12,0	2.066,3	12,1
ICMS	8.758,8	66,0	9.834,2	64,7	11.411,7	66,9
IPI EXP	238,0	1,8	239,7	1,6	262,9	1,5
LC 87/96	314,0	2,4	684,6	4,5	500,3	2,9
Subtotal	12.787,2	96,3	14.620,4	96,2	16.412,0	96,3
Complem. União	486,6 *	3,7	579,9	3,8	634,2	3,7
Total do FUNDEF	13.273,8	100,0	15.200,3	100,0	17.046,2	100,0

Fonte: STN/MT

(*) Inclusive R\$ 65,2 de acerto de contas realizado em 1999

No ano de 2000 o montante de recursos do FUNDEF alcançou a cifra de R\$ 17,0 bilhões, dos quais R\$505,6 milhões foram assegurados pela União, em cumprimento ao disposto no art. 6º da lei nº 9.424/96, que prevê a garantia de complementação financeira ao Fundo, mediante a realização de transferências mensais aos Governos Estaduais e Municipais onde o valor por aluno/ano não atingir o mínimo nacional estabelecido para o exercício.

A distribuição dos recursos do FUNDEF entre o Governo Estadual e os Municípios, no âmbito de cada Estado, foi realizada com base no número de alunos atendidos no Ensino Fundamental em cada rede de ensino, observando-se a garantia do valor mínimo nacional por aluno/ano de R\$333,00 para os alunos da 1ª a 4ª série e de R\$349,65 para os da 5ª a 8ª série e Educação Especial, beneficiando 32,8 milhões de alunos em todo o País.

As transferências da União a título de Complementação ao FUNDEF foi de R\$ 505,6 milhões em 2000, sendo contemplados os Governos Estaduais e Municipais de 7 (sete) Estados da Região Nordeste e 1 (um) da Região Norte, beneficiando um contingente de 12 milhões de alunos do Ensino Fundamental regular e especial, dos quais 35% das redes estaduais e 65% das redes municipais, conforme quadro que segue:

**Complementação da União ao FUNDEF
Por esfera de Governo, UF e nº de alunos beneficiados – 2000**

UF	Esfera de Governo				Total	
	Governo Estadual		Municípios		ALUNOS	VALOR (R\$)
	ALUNOS	VALOR (R\$)	ALUNOS	VALOR (R\$)		
AL	176.056	1.148.641,52	467.511	3.012.788,48	643.567	4.161.430,00
BA	1.293.253	67.589.000,78	2.210.496	113.558.798,22	3.503.749	181.147.799,00
CE	479.493	5.949.006,60	1.180.875	14.365.450,40	1.660.368	20.314.457,00
MA	420.078	48.030.869,97	1.127.278	125.804.332,03	1.547.356	173.835.202,00
PA	566.914	33.653.490,46	987.806	57.706.875,54	1.554.720	91.360.366,00
PB	334.392	1.583.741,55	482.011	2.236.685,45	816.403	3.820.427,00
PE	671.806	637.437,12	926.723	861.617,88	1.598.529	1.499.055,00
PI	264.764	10.870.433,00	455.777	18.627.467,00	720.541	29.497.900,00
?	4.206.756	169.462.620,93	7.838.477	336.174.015	12.045.233	505.636.636
Part %	35%	34%	65%	66%	100%	100%

FONTE: Alunos: Censo Escolar de 1999 e Valor: SIAFI/2000

É importante destacar que os recursos da Complementação da União ao FUNDEF são direcionados às Unidades Federadas mais carentes do País, principalmente em favor dos municípios que contavam com um valor por aluno/ano inferior ao valor mínimo nacional que passou a ser observado após a implantação do Fundo. Nos Estados onde há necessidade de transferências a título de Complementação existem 1.689 municípios, destes, 1.595 (94,4%) obtiveram, com o FUNDEF, receitas adicionais vinculadas ao Ensino Fundamental, da ordem de 1,6 bilhões. No Brasil, dos 5.506 municípios existentes, 3.408 (61,9%) obtiveram ganhos financeiros adicionais da ordem de R\$3,1 bilhões em 2000, sendo que em 1998 os ganhos financeiros em favor das redes municipais totalizaram R\$2,0 bilhões e beneficiaram 2.703 municípios. Grande parte desse adicional financeiro advém da Complementação da União do Fundo.

Os recursos do FUNDEF, são empregados pelos Estados e Municípios de forma que, pelo menos, 60% seja destinado à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no Ensino Fundamental público, e os restante (de até 40%) em outras ações de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino, como construção, reforma, ampliação, reforma e equipamento de escolas, capacitação de recursos humanos, transporte escolar, material didático pedagógico, etc.

**Municípios com acréscimo financeiro
em decorrência do FUNDEF – 2000**

UF	Número de Municípios			Receita Adicional (R\$ MILHÕES)
	Existentes (A)	com acréscimo de receitas (B)	% (B/A)	
AL	101	99	98,0	95,4
BA	415	407	98,1	441,8
CE	184	182	98,9	233,3
MA	217	217	100,0	271,5
PA	143	139	97,2	223,5
PB	223	170	76,2	76,5
PE	185	169	91,3	127,9
PI	221	212	95,9	87,9
Total	1689	1595	94,4	1557,8
Brasil	5506	3408	61,9	3100,4

Ajuste de contas de 1999

O pagamento da Complementação da União, em cada exercício, gera um resíduo financeiro a ser repassado no exercício seguinte, uma vez que é assegurado, no decorrer do próprio exercício, o repasse de 85% da Complementação devida, ajustando-se no exercício seguinte a diferença correspondente aos 15% restantes, após apresentação dos Balanços do ICMS pelos Governos Estaduais à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, conforme previsto no artigo 3º, §§ 6º e 8º, do Dec. nº 2.264/97.

Em 2000 o Ministério da Fazenda, por meio da Portaria nº 353, de 29.09.00, divulgou o valor do ajuste correspondente a 1999, de acordo com o quadro abaixo:

Demonstrativo do ajuste de contas do FUNDEF/99, por UF

Estado	Valor transferido (a)	Valor devido (b)	Acerto (b-a)
Alagoas	5.180.878,00	3.220.348,00	(1.960.530,00)
Bahia	217.130.496,00	215.147.299,00	(1.983.197,00)
Ceará	58.803.593,00	33.519.081,00	(25.284.512,00)
Maranhão	158.109.468,00	174.481.069,00	16.371.601,00
Pará	115.267.024,00	116.501.089,00	1.234.065,00
Paraíba	13.381.132,00	4.723.415,00	(8.657.717,00)
Pernambuco	15.954.805,00	8.119.883,00	(7.834.922,00)
Piauí	25.845.640,00	24.276.773,00	(1.568.867,00)
Total	609.673.036,00	579.988.957,00	(29.684.078,00)
Total a crédito			17.605.666,00
Total a débito			(47.289.745,00)

Fonte: Ministério da Fazenda (Port. nº 353, de 29.09.00)

Impacto redistributivo do FUNDEF

Como efeito redistributivo do FUNDEF, observou-se que, do total de municípios brasileiros, 49% (2.703 municípios) obtiveram acréscimo de receitas em 1998; saltando para 3.313 municípios (60% do total) em 1999; e prevendo-se alcançar 3.408 em 2000 (62 % dos municípios do país). As municipalidades que receberam recursos adicionais responderam pelo atendimento de 81% dos alunos matriculados nas redes municipais em 1997; por 86% em 1998; e por 87 % em 1999. Assim, tomando-se por referência os 16,2 milhões de alunos atendidos pelos municípios em 1999, pode-se concluir que 14 milhões estão matriculados naqueles que obtiveram ganhos financeiros com o FUNDEF.

Quanto ao montante de recursos adicionados a essa maioria de municípios, também pôde se observar um expressivo crescimento nos valores redistribuídos: R\$ 2,0 bilhões em 1998; R\$ 2,7 bilhões (aumento de 35%) em 1999; prevendo-se R\$ 3,1 bilhões (elevação de mais 15%) em 2000. Tais montantes representaram o equivalente a 16% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, em 1998 e 20% em 1999; devendo alcançar 21% em 2000. Se forem considerados apenas os municípios contemplados com acréscimos, o incremento financeiro por eles obtido é equivalente a 32 % de seu FPM para o ano de 1999.

Dos recursos adicionais transferidos à conta do FUNDEF, em favor das redes municipais de Ensino Fundamental, no ano de 1998, R\$ 931,1 milhões (46%) beneficiaram os municípios da Região Nordeste e R\$ 160,9 milhões (8%) os municípios da Região Norte. Em 1999, esse incremento financeiro alcançou R\$ 1.252,0 milhões no Nordeste e R\$ 308,5 milhões na Região Norte. Estima-se que, no ano 2000, essas duas regiões deverão obter acréscimos de R\$ 1.423,8 milhões e de R\$ 344,8 milhões, respectivamente. As redes municipais dessas

duas regiões absorveram, em 1998, 54% dos recursos adicionais brutos que foram providos pelo FUNDEF aos municípios. Em 1999, essa participação alcançou 57%, devendo se situar no mesmo patamar no corrente ano.

Repercussão sobre a remuneração do magistério

Os indicadores referentes à evolução do número de professores do Ensino Fundamental, no período de dezembro de 1997 a junho de 2000, revela ter havido um crescimento global nesse contingente da ordem de 10%. Cabe ressaltar que o termo “professores” está associado à função docente e não ao indivíduo especificamente, uma vez que pode ocorrer de um mesmo profissional lecionar em diferentes redes públicas, dada a flexibilidade da jornada semanal.

No tocante às duas principais categorias docentes – Professores com formação em Nível Médio (modalidade Normal), e Professores com Nível Superior (Licenciatura Plena) – representavam, em junho de 2000, cerca de 49% e 35%, respectivamente, do total de professores do Ensino Fundamental e tiveram índices de crescimento quase idênticos, cerca de 11,5%, em relação aos números de dezembro de 1997.

Ficou demonstrado que uma das finalidades prioritariamente almejadas pela implantação do FUNDEF, a extinção da categoria de professores leigos, com a conseqüente melhoria da qualificação do corpo docente, está sendo rapidamente atingida em todo o país. Verificou-se que em dezembro de 1997, professores leigos, com formação até o Ensino Fundamental, representavam 6,3% do total lecionando no conjunto das redes públicas do país. Em junho de 2000, essa proporção já estava reduzida a apenas 3,1%.

Houve um aumento da ordem de 24% nas redes municipais e decréscimo de 2,6% nas estaduais. Esta diferença é emblematicamente reveladora dos efeitos da municipalização do Ensino Fundamental, ao longo dos últimos 3 anos. Merece particular destaque o ainda mais elevado crescimento, da ordem de 140%, da quantidade de professores com nível de pós-graduação que encontrava-se atuando, em junho de 2000, nas redes municipais. Cabe salientar que essa categoria funcional, ainda pouco representativa em termos de proporção perante o total de docentes, começa a alcançar um patamar significativo, saltando de 4,9% do total de professores das redes em 1997 para 6,1% em junho de 2000.

Face à permissão legal de utilização de parte da parcela de 60% do FUNDEF (vinculada ao pagamento do magistério), para fins de habilitação, até o ano 2001, de professores leigos, nota-se que, antes de 1998, apenas 23% das redes de ensino desenvolviam atividades voltadas à capacitação de professores leigos, chegando a 73% em junho de 2000, evidenciando o esforço na direção da extinção da categoria de leigos dos quadros de magistério.

O impacto sobre as matrículas

A matrícula no ensino fundamental da rede pública, de 1997 a 1999, cresceu 7,5% (de 30,6 milhões para 32,9 milhões), o que representou 2,3 milhões de alunos a mais nas salas de aula. Nesse período, o crescimento no âmbito da rede municipal foi de 30,6% (passando de 12,4 milhões para 16,2 milhões). São mais 3,8 milhões de alunos nas escolas municipais. Ao mesmo tempo verificou-se uma redução de 1,5 milhão de estudantes matriculados na rede estadual, cujo total passou de 18,1 milhões para 16,6 milhões, refletindo um decréscimo de 8,2%. A expansão da matrícula na rede municipal ocorreu nos dois ciclos do Ensino Fundamental. No primeiro (1ª a 4ª série), o crescimento foi de 27,5%, passando de 9,8 milhões para 12,5 milhões de alunos. Nas quatro séries seguintes, o aumento chegou a

42,3%, elevando-se de 2,6 milhões para 3,7 milhões de estudantes. Esse acentuado crescimento das matrículas deveu-se, além dos efeitos do FUNDEF, que incentivou a expansão e municipalização do Ensino Fundamental, à campanha Toda Criança na Escola, deflagrada pelo MEC no segundo semestre de 1997 com objetivo de articular esforços das três esferas de governo e mobilizar a sociedade para garantir a universalização desse nível de ensino.

Em 1997, os municípios eram responsáveis por 40,7% das matrículas do Ensino Fundamental, e os estados, 59,2%. Em 1999, estes índices passaram para 49,3% e 50,6%, respectivamente. Este maior equilíbrio entre as redes estaduais e municipais está em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A melhoria do fluxo escolar aliada às mudanças do perfil demográfico do País, que registra queda na taxa de natalidade, está promovendo uma expansão maior nas matrículas de 5ª a 8ª série do que nas de 1ª a 4ª série. De 1997 a 1999, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, o número de alunos cresceu 3,2%, passando de 18,6 milhões para 19,2 milhões. Nas quatro séries finais, o aumento foi de 14,3%, subindo de 11,9 milhões para 13,6 milhões de estudantes

Depois de um período de forte expansão, o sistema entra agora em uma etapa de estabilidade, estando, praticamente, universalizado o acesso ao ensino fundamental. A taxa de escolarização líquida, na faixa etária de 7 a 14 anos de idade, que era de 93%, em 1997, passou para 95,4%, em 1999, devendo atingir 96,1% no corrente ano.

O número de municípios que contavam com atendimento de alunos do ensino fundamental em suas redes de ensino, passou de 5.206 em 1997 para 5.339 em 1999, correspondendo a 133 municípios a mais.

O processo de municipalização era esperado como uma das mais importantes conseqüências da implantação do FUNDEF. Prevendo esse fenômeno, a própria legislação que criou o Fundo estabeleceu que a transferência de escolas entre as redes e correspondente transferência de recursos financeiros ocorreria por meio da celebração de convênios específicos entre os governos envolvidos, como determina a Lei n.º 9.424/96.

Ações com vistas à verificação da efetiva destinação dos recursos do FUNDEF

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 9.424/96, a fiscalização do FUNDEF é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Municípios e União. O MEC, de acordo com o art. 12 do mesmo diploma legal, tem a atribuição de avaliar o FUNDEF com vistas à promoção das medidas corretivas eventualmente necessárias. Além disso, o Ministério oferece orientações e apoio técnico a Estados, Municípios, outras instituições e pessoas interessadas, inclusive com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização, tanto pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, quanto pelos órgãos de controle externo e pela própria sociedade.

Nessa linha de ação e considerando a necessidade de se disseminar informações que concorram para a melhoria do acompanhamento e controle do Fundo, o MEC celebrou Termo de Cooperação Técnica com Banco do Brasil, com vistas à disponibilização de dados e informações sobre o Fundo, particularmente o extrato da conta bancária específica, que pode ser solicitado na agência do Banco, tanto pelos membros do Conselho e Vereadores do Município, quanto pelo representante do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

Ainda com o apoio do Banco do Brasil, o MEC veiculou, via TV do Banco, 3 (três) programas interativos, transmitindo a professores, membros do Ministério Público, das Câmaras de Vereadores, dos Conselhos do FUNDEF, dentre outros; informações e orientações de natureza técnico-operacional e, principalmente, esclareceu dúvidas sobre a operacionalização do Fundo.

Com os Correios também foi celebrado Protocolo de Intenções, estabelecendo mecanismos de divulgação de informação do FUNDEF, mediante fixação de cartazes em todas as agências dos Correios no País, contendo informações sobre “**o que pode**” e “**o que não pode**” ser realizado com os recursos do FUNDEF, além dos valores mensais transferidos a cada município.

Ainda por intermédio dos Correios, foram disponibilizadas “*Cartas Resposta*” à sociedade, permitindo que qualquer cidadão encaminhe sua opinião ou reclamação sobre o FUNDEF ao MEC, abrindo, dessa forma, um canal direto com o cidadão, além do telefone 0800-616161 que há muito já é disponibilizado.

Numa aproximação com os Conselhos Estaduais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, foram realizados encontros regionais e nacional, permitindo a troca de experiências e o encaminhamento de questões e dificuldades comuns vivenciadas por esses Conselhos.

Com o Ministério Público Estadual, além da participação de encontros com promotores, o MEC elaborou e distribuiu um documento intitulado “**Subsídios ao Ministério Público para Acompanhamento do FUNDEF**”, com o objetivo de auxiliar o entendimento dos Promotores sobre o FUNDEF, auxiliando-os na adoção de providências, na hipótese de descumprimento, por parte do Poder Executivo local, da lei que regulamenta o FUNDEF.

Sobre a avaliação do FUNDEF, em 2000 foi realizada uma pesquisa num universo de 300 sistemas de ensino (municipais e estaduais), levantando diversas informações acerca dos efeitos de sua implantação, principalmente sobre as mudanças ocorridas com relação à remuneração do magistério, no período entre dezembro de 1997 e junho de 2000. Os resultados obtidos indicam que a remuneração média cresceu 29,5% no período, com destaque para as regiões Nordeste e Norte, onde o crescimento alcançou, respectivamente, 59,7% e 35%. Por esfera administrativa, nas redes municipais os ganhos alcançaram 33% e 25% nas estaduais, reflexo direto da redistribuição de recursos que beneficiou intensamente os municípios, justamente os que dispunham de menores condições de arcar com essas elevações anteriormente à criação do FUNDEF.

Outras atividades realizadas

Realização de encontros técnicos com os Conselhos Estaduais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, sendo dois encontros nacionais em Brasília, dias 26/04/00 e 04/10/00, e três regionais, sendo dia 07/06/00 em Cuiabá para as Regiões Norte e Centro-Oeste, dia 12/06/00 em Fortaleza para a região Nordeste e dia 19/06/00 em Florianópolis para as regiões Sul e Sudeste, com o objetivo de se conhecer o quadro situacional relativo ao funcionamento dos Conselhos no âmbito dos Estados. Como resultado desses encontros foi consolidado um documento referencial que originou a Carta dos Conselheiros, entregue ao Ministro, CONSED e UNDIME, contendo propostas dirigidas a esses segmentos com vistas a possibilitar a conjugação de esforços para colaboração, cooperação e co-responsabilidade entre a União, Estados, DF e Municípios voltados ao fortalecimento das ações de acompanhamento e controle social do FUNDEF.

Realização de Encontros com o Ministério Público nos Estados de : AC, AL, BA, PI, RO, RJ, AM, PE, MA e SC para oferecer orientações sobre o funcionamento do FUNDEF

particularmente no que tange à atuação das Promotorias de Justiça na observância do cumprimento dos critérios que disciplinam o emprego dos recursos do Fundo.

Participação em encontros, com objetivo de prestar apoio e cooperação técnica às secretarias municipais de educação e propiciar a adequada utilização dos recursos e satisfatórios níveis de fiscalização, acompanhamento e controle social sobre os valores transferidos (Estados de AM, GO, MG, SP, MA, RJ, DF, AC e BA).

Realização de acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDEF, atuando na identificação e esclarecimentos de questões/problemas que envolvem o FUNDEF nos estados e municípios.

Produção e veiculação de vídeos-documentários na TV Escola sobre o FUNDEF, nos meses de setembro a dezembro.

Quanto aos esclarecimentos sobre o FUNDEF, foram emitidas cerca de 2.200 correspondências à sociedade em geral, atendendo a professores, pais de alunos, sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação e cidadãos em geral, sobre assuntos relacionados à aplicação dos recursos referente à remuneração do magistério e outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, pagamento de abonos e gratificações, educação especial e de jovens e adultos, transporte escolar, funcionamento do conselho do FUNDEF, recomendações sobre providências referente a denúncias e irregularidades praticadas com recursos do FUNDEF, plano de carreira, capacitação/habilitação de professores, informações sobre valores repassados e nº de alunos.

Quanto às reclamações/problemas relacionadas ao FUNDEF, foram recebidas comunicações de irregularidades referentes a 1.177 municípios, com 1.952 ocorrências, representando. Os resultados colhidos servirão, também, como subsídio à atuação do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. Como providências, as reclamações/denúncias recebidas pelo Ministério são comunicadas aos Prefeitos dos municípios reclamados, os quais são solicitados a oferecer esclarecimentos sobre o problema/irregularidade apontada. As respostas encaminhadas pelos Prefeitos Municipais são recebidas por este Departamento e os resultados verificados são encaminhadas ao Ministério Público e Tribunal de Contas, com cópias dos documentos correspondentes, para conhecimento das situações e adoção das medidas julgadas pertinentes. Foram expedidos 1.481 ofícios-denúncias e obtidas 423 respostas. Do total de ofícios-denúncias, foram encaminhadas 1.455 correspondências ao Ministério Público e Tribunal de Contas.

Participação em diversos encontros e reuniões técnicas promovidos por órgãos estaduais e municipais de educação e de representação de categoria profissional, para divulgar e oferecer orientações sobre o FUNDEF.

Confecção e distribuição de publicações sobre o FUNDEF.

Títulos	Quantidade distribuída
Folders por UF com previsão de recursos/2000	97.970
Manual de Orientação sobre o FUNDEF	8.200
Subsídios ao Ministério Público para Acompanhamento do FUNDEF	7.063
Total	113.233

5. FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO

Outra forma de atuação da SEF/MEC, junto aos Sistemas de Ensino, traduz-se no apoio financeiro a programas e projetos educacionais, executados por entidades governamentais e não governamentais, com recursos do salário-educação, gerenciados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Cabe à SEF/MEC a definição de diretrizes, políticas, critérios e parâmetros, que orientam os órgãos executores na elaboração dos Planos de Trabalho, que viabilizam a celebração de convênios e transferências dos recursos financeiros.

No ano de 2000, foram executadas as ações abaixo:

ANÁLISE DE PROJETOS DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS

Avaliação do Livro Didático

Orientação para a elaboração dos projetos das instituições de ensino superior, responsáveis pela avaliação do Livro Didático, com vistas ao atendimento dos procedimentos operacionais do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Instituição	Áreas	Quantidade de exemplares analisados por instituição	Valor aprovado
FUSP	Ciências	68	253.300,00
FUNDUNESP	Geografia/História	132	497.875,00
UFMG	Língua Portuguesa	144	483.840,02
UFPE	Matemática	66	240.913,20
Total		410	1.475.928,20

Fonte: SEF/DDSE/COGEPE

Programa “Paz nas Escolas”

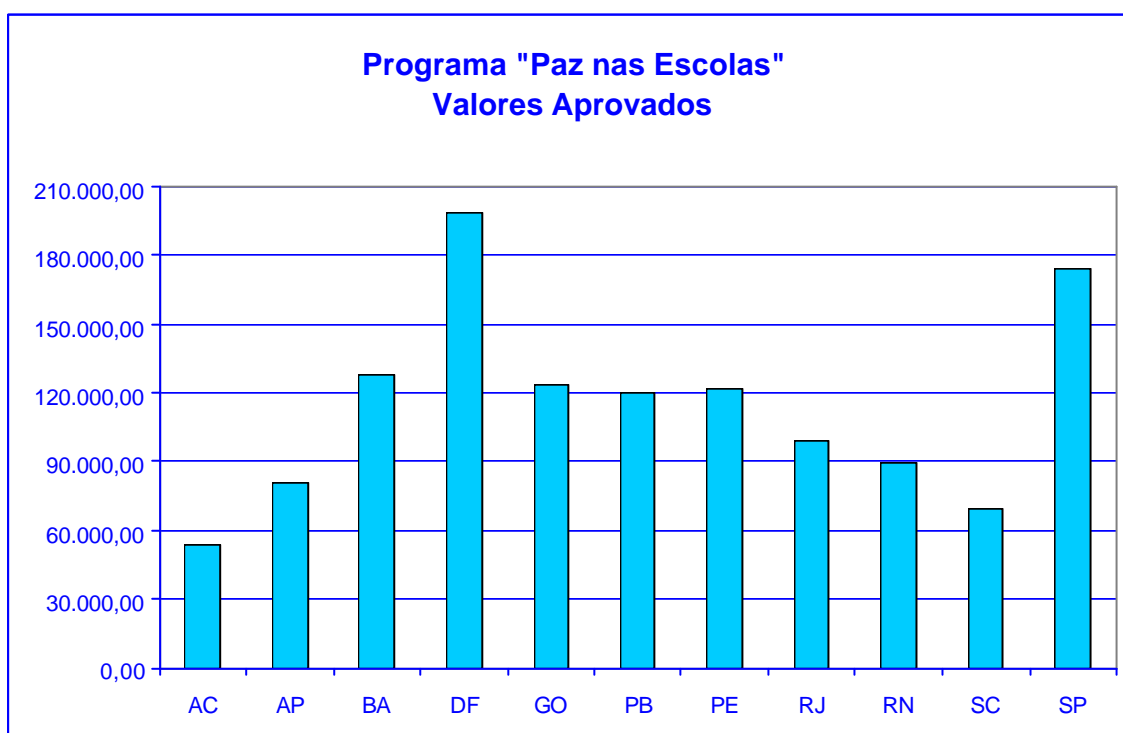
O Programa “Paz nas Escolas”, prioritário no Governo Federal, integra o Plano Plurianual 2000 – 2003 e tem como objetivo contribuir para a redução da violência nas escolas. É gerenciado pelo Ministério da Justiça e compete ao Ministério da Educação o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para a ação de formação de professores em Ética e Cidadania.

No exercício do ano 2000, esta Secretaria recebeu, analisou e recomendou a aprovação dos projetos encaminhados pelas Secretarias de Educação dos Estados, conforme gráfico que segue:

**Programa "Paz nas Escolas" 2000
Recursos e Metas**

UF	N.º de Projetos	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Professores Beneficiados	Alunos Beneficiados
AC	1	83.025,00	54.000,00	135	90.000
AP	1	81.000,00	81.000,00	400	16.000
BA	1	132.371,20	128.000,00	320	28.000
DF	1	198.870,00	198.870,00	840	78.400
GO	1	150.000,00	124.000,00	310	250.000
PB	1	119.988,00	119.988,00	360	127.709
PE	1	122.000,00	121.971,00		25.600
RJ	1	99.260,00	99.260,00	280	140.000
RN	1	95.544,00	89.460,00	1.200	49.412
SC	1	70.000,00	70.000,00	280	538.634
SP	1	174.000,00	173.999,93	731	233.000
Total	11	1.326.058,20	1.260.549,93	5.656	1.576.755

Fonte: SEF/DDSE/COGEPE



Programa Aceleração da Aprendizagem

O Programa Aceleração da Aprendizagem constitui uma das prioridades do Ministério da Educação desde a sua implantação, em 1997. Originou-se da percepção de que as crianças, por conta dos altos índices de repetência nas primeiras séries do Ensino Fundamental, retardam sua trajetória escolar, ocasionando distorção idade-série, perda da auto-estima do aluno e elevados índices de evasão escolar.

Esse Programa contribui de forma decisiva para a correção do fluxo escolar, através da oferta de oportunidades para superação das dificuldades de aprendizagem acumuladas por anos perdidos com repetência e evasão, proporcionando assim, a retomada do percurso escolar e a liberação de vagas, principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Por seu intermédio, o Ministério da Educação financia a implantação de classes de aceleração para os alunos com alta defasagem idade-série, contribuindo com os sistemas estadual e municipal para que estes alunos avancem com sucesso até a série compatível com a sua idade. A eficiência das classes de aceleração permitirá a absorção, nas escolas públicas, de todas as crianças e jovens em idade escolar.

Em **1996**, os sistemas de ensino estaduais e municipais possuíam nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental uma taxa de distorção idade/série, de dois ou mais anos, de 26% e 40,4% respectivamente. Em **2000**, essas taxas foram reduzidas a 19,7% no sistema estadual e 30,7% no sistema municipal as quais, associadas a outros fatores, como o aumento da matrícula do ensino médio, e diminuição nas taxas de repetência e evasão, evidenciam os resultados positivos das classes de aceleração.

No âmbito do Programa de Aceleração de Aprendizagem, a SEF recebeu, analisou e recomendou, no período de **1999-2000** um total de 1.174 projetos de Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação, dos quais, 839 foram empenhados, no valor total de R\$ 25.274.978,32, para beneficiar 537.367 alunos de 1ª a 4ª série com distorção de dois ou mais anos e capacitar 32.894 professores atuantes em classes de aceleração, conforme tabelas 2, 3 e 19 - Anexos.

Planos de Trabalhos – 1999/2000

Durante o ano de 2000 foram analisados e emitidos pareceres técnicos em 3.622 projetos educacionais, dos quais 1.471 foram empenhados, conforme discriminação abaixo:

Abrangência	Analisados	Empenhados
Pré-Escolar	1.264	524
Ensino Fundamental	950	118
Educ. de Jovens e Adultos	777	469
Educação Escolar Indígena	43	20
Aceleração da Aprendizagem	577	329
Paz nas Escolas	11	11
Total	3.622	1.471

Fonte: SEF/DDSE/COGEPE

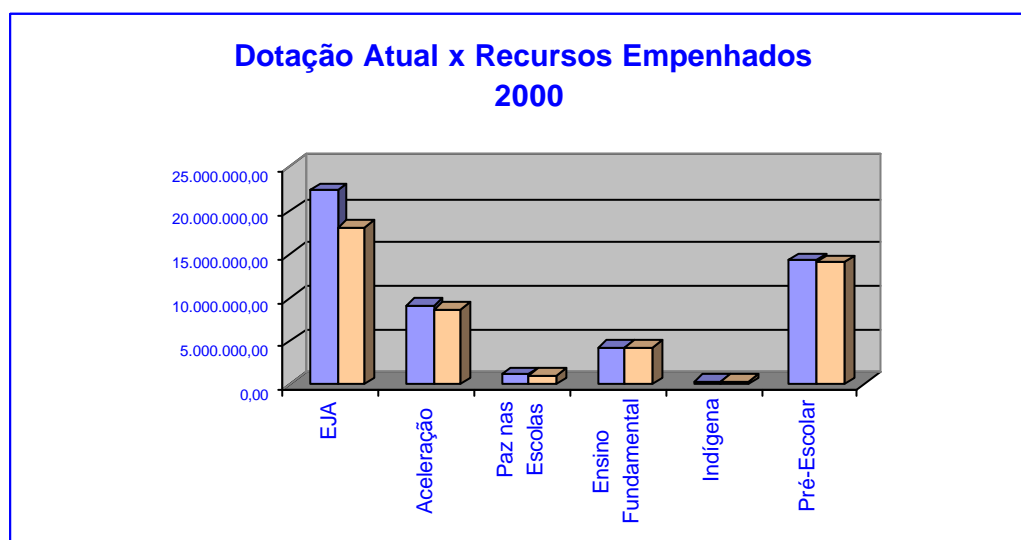
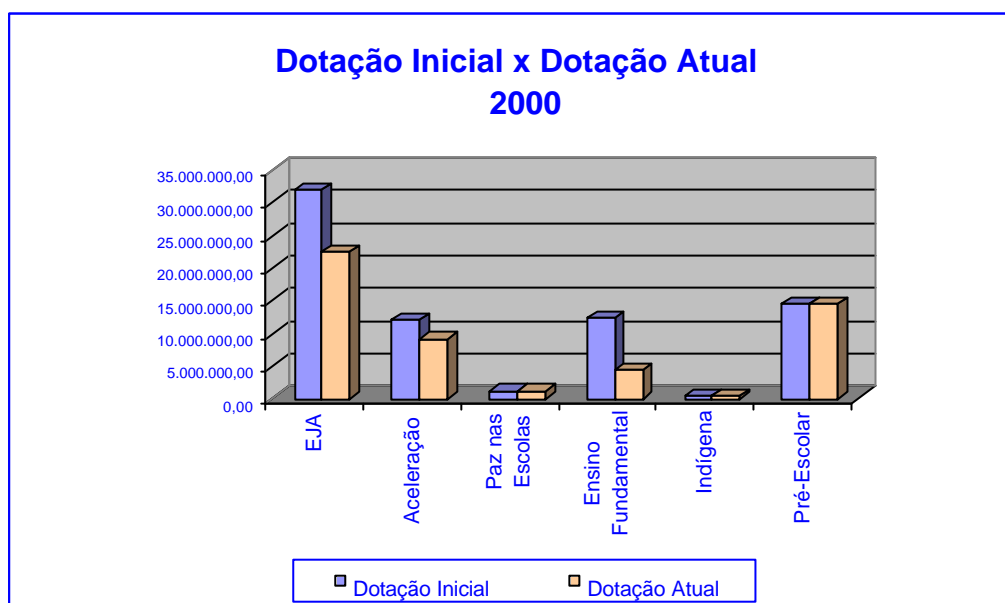
No desenvolvimento do ensino fundamental, conforme determina o Artigo 75 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a ação do MEC é supletiva e, assim sendo, o atendimento aos sistemas de ensino é realizado conforme a demanda dos referidos sistemas e a disponibilidade financeira da União.

Para apoiar financeiramente os sistemas de ensino nas ações dos Programas do Plano Plurianual – PPA no exercício de 2000, o Ministério da Educação contou com uma dotação orçamentária inicial e atual, específica por projetos ou atividades, conforme quadro e gráficos que seguem:

Total de Recursos para 2000 por Abrangência

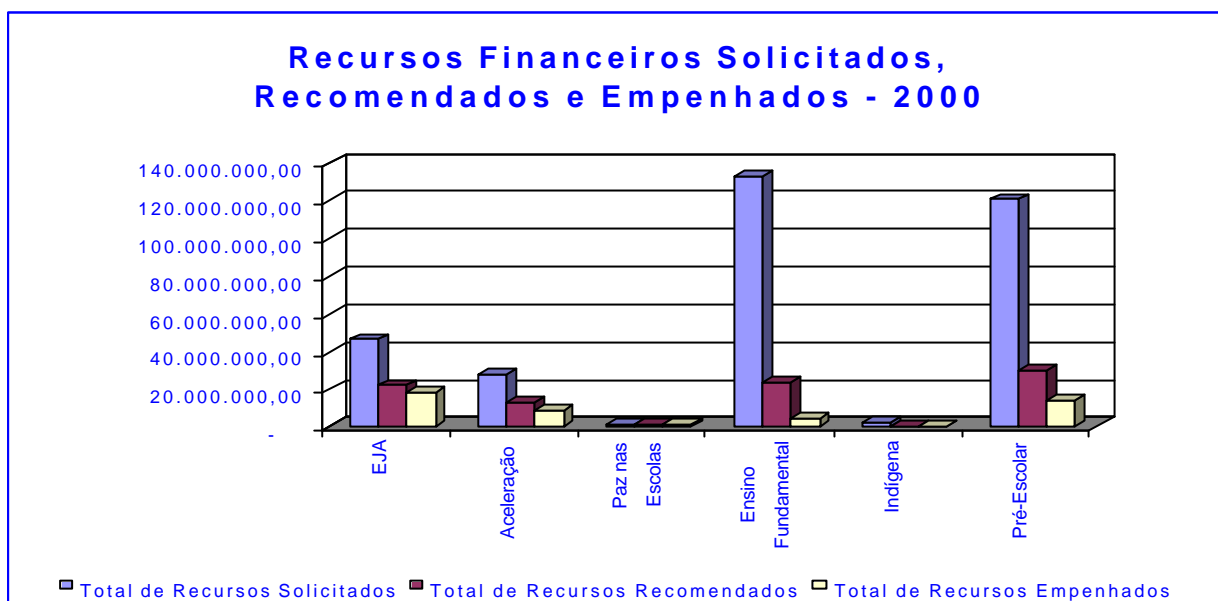
Programas	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado
EJA	31.814.989,00	22.395.416,00	18.051.514,92
Aceleração	12.000.000,00	9.125.986,00	8.717.394,83
Paz nas Escolas	1.200.000,00	1.200.000,00	1.100.165,34
Ensino Fundamental	12.360.000,00	4.360.000,00	4.274.632,22
Indígena	400.000,00	400.000,00	399.709,26
Pré-Escolar	14.365.000,00	14.365.000,00	14.102.641,77
Total	72.139.989,00	51.846.402,00	46.646.058,34

Obs.: Dotação Inicial equivale à recursos disponibilizados pelo FNDE em julho/2000.
Dotação Atual equivale à recursos disponibilizados em Novembro/2000.

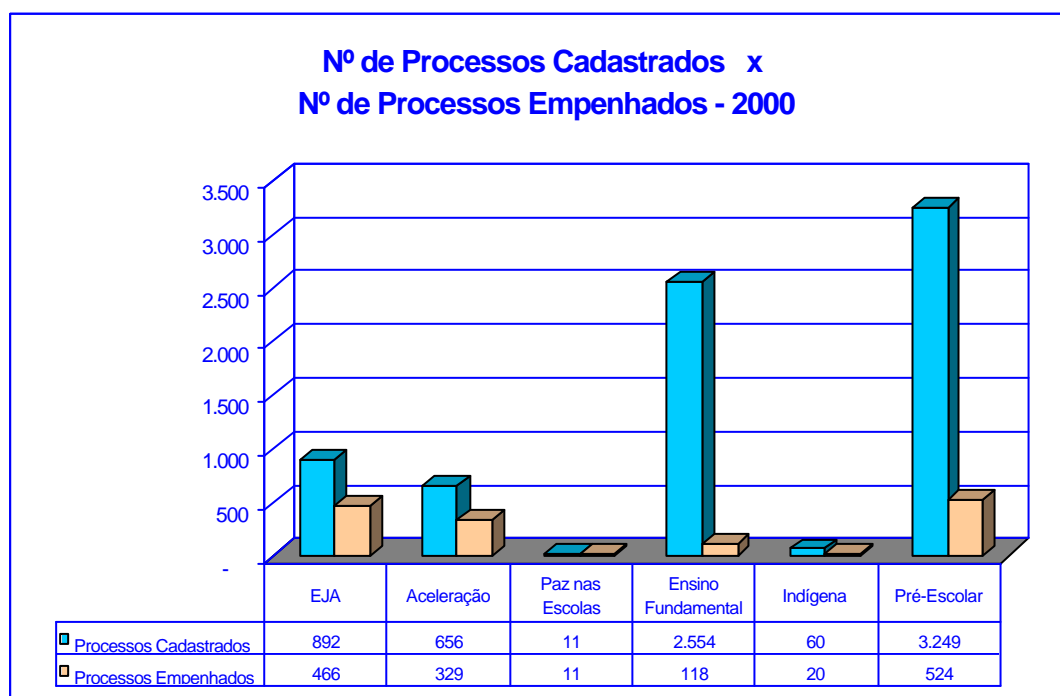


Ação Supletiva

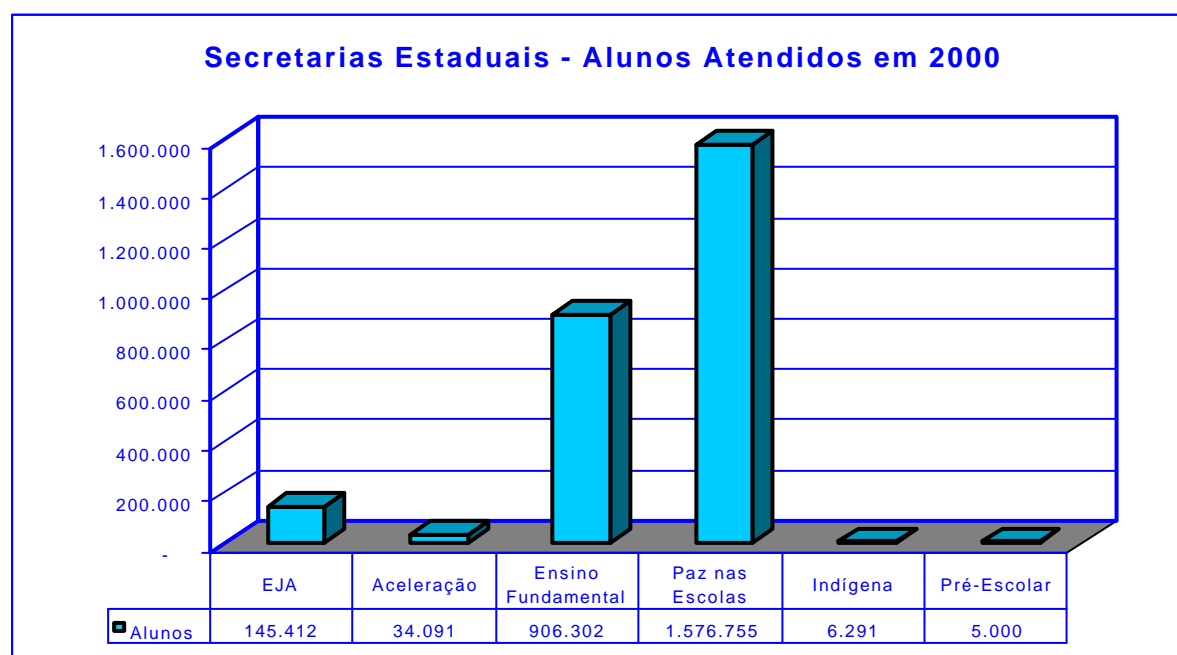
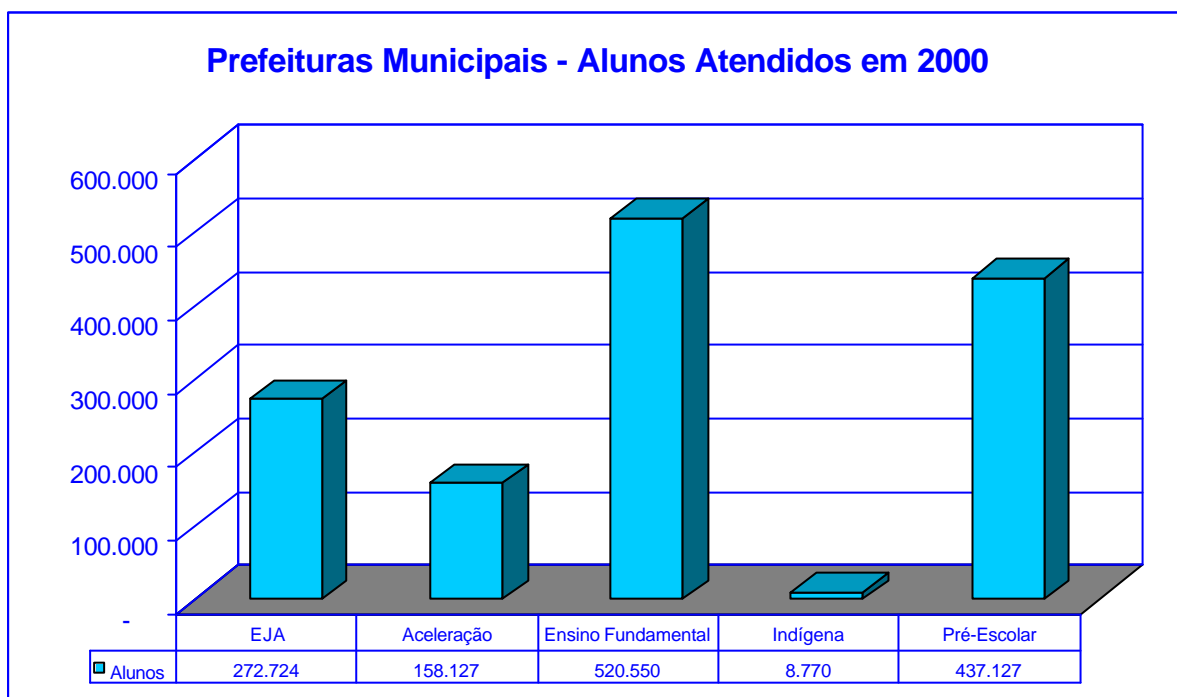
Os recursos da ação supletiva do MEC, tendo por base a política de melhoria da qualidade do ensino, priorizou o atendimento nas ações formação continuada de professores e aquisição/impressão ou produção de material didático para o aluno. Atendendo a demanda dos sistemas de ensino, no ano de **2000**, os recursos foram distribuídos conforme dados constantes no Gráfico a seguir e Tabelas 16, 17, 18, 20, 21 e 22 – Anexos.

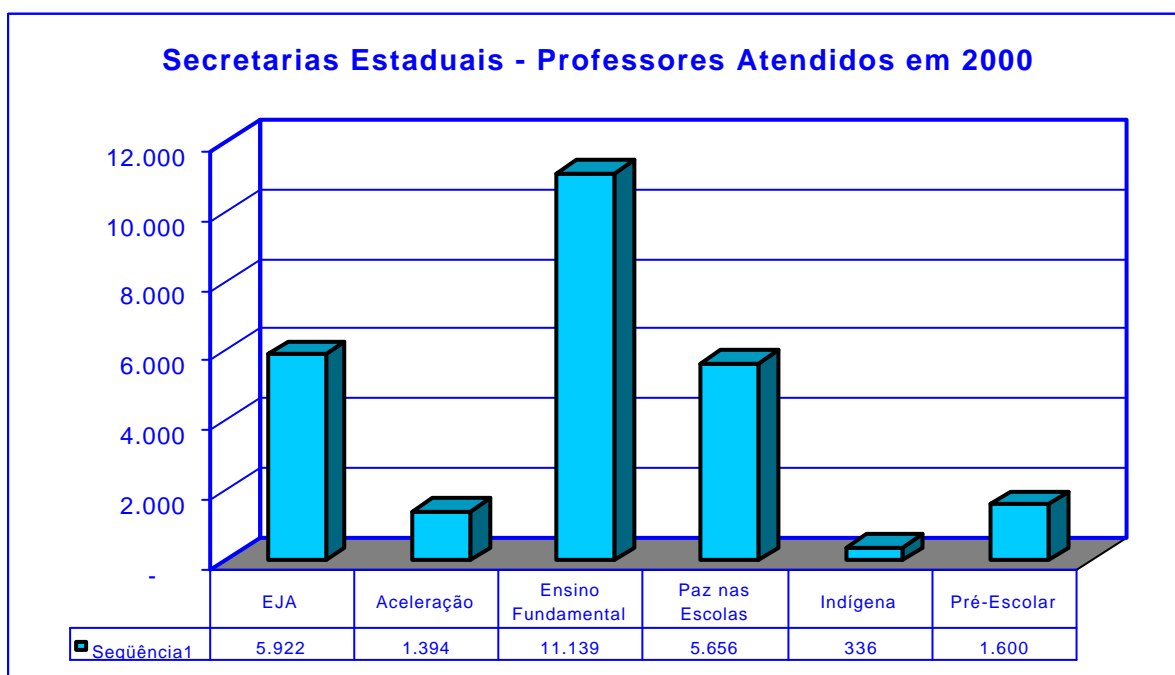
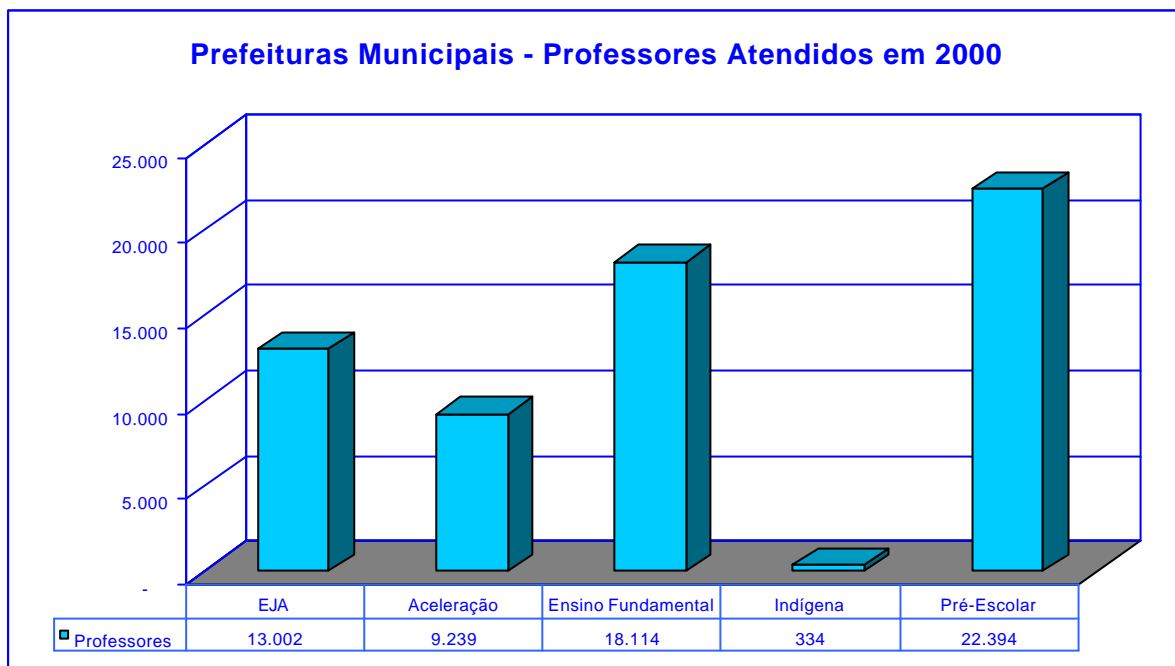


Dos 9.001 projetos cadastrados no período 1999/2000, um total de 3.008 processos foram empenhados pela SEF/MEC. Os demais projetos deixaram de ser apoiados por falta de habilitação do proponente, por se encontrarem em desacordo com as Normas de Assistência Financeira para Programas e Projetos Educacionais e devido a insuficiência de recursos financeiros em alguns programas orçamentários.



No ano de **2000**, o apoio financeiro aos sistemas de ensino atingiu as seguintes metas físicas com relação a alunos atendidos e professores capacitados nos diferentes programas coordenados pela SEF, conforme dados constantes nos Gráficos a seguir apresentados e Tabelas 1, 2, 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 – Anexos.





Apoio à Gerência de Programas do PPA 2000-2003

A Secretaria de Educação Fundamental - SEF é responsável direto pela Gerência do Programa Educação de Jovens e Adultos do Plano Plurianual – PPA 2000-2003. Além de contribuir com as gerências de Programas Finalísticos Típicos como Escola de Qualidade para Todos e Aceleração da Aprendizagem – Correção do Fluxo Escolar, também contribui com Programas Finalísticos Não Típicos como o Atenção a Criança, Paz nas Escolas, Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas e Cultura Afro-Brasileira.

Considerando que um dos objetivos do Plano Plurianual é organizar a administração pública voltada para resultados a serem atingidos na sociedade, o Governo Federal instituiu o Sistema de Informações Gerências SIG. A finalidade do sistema é apresentar a sociedade os resultados de cada um dos programas constantes do referido plano.

Visando atender a demanda dos gerentes dos programas constantes do PPA, a SEF elaborou e disponibilizou, de acordo com a necessidade, Relatórios Gerenciais de Apoio Financeiro aos Sistemas de Ensino no âmbito das seguintes abrangências: Educação de Jovens e Adultos, Educação Pré-Escolar, Ensino Fundamental, Aceleração da Aprendizagem/Correção do Fluxo Escolar, Educação Escolar Indígena e Paz nas Escolas

O resultado alcançado, neste exercício, contou com alguns fatores que facilitaram a realização dos trabalhos. Dentre esses, destacamos:

Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais – SAPE;

Manual de Procedimentos para Análise de Projetos;

dados do Censo Educacional;

atualização dos servidores, por meio de seminários internos, reuniões e estudos;

integração da equipe técnica com a equipe do FNDE.

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EDUCACIONAIS DIRECIONADAS AOS MUNICÍPIOS COM ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Apoio Técnico à Construção de Escolas em Áreas Remanescentes de Quilombos

Com o objetivo de promover a universalização do ensino fundamental com condições de funcionamento e visando suprir a falta de prédios escolares, principalmente em zonas rurais de difícil acesso, a SEF/MEC articulou com o Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola, a inclusão de alguns municípios a serem beneficiados com a construção de escolas em áreas remanescentes de quilombos.

A seleção das áreas foi realizada em conjunto com a Fundação Cultural Palmares – FCP, levando-se em consideração a real necessidade de cada comunidade. Muitas são as comunidades que necessitam de construir escolas, entretanto, inicialmente, as construções ficaram restritas aos seguintes municípios:

Cavalcante e Monte Alegre de Goiás – GO; e

Bom Jesus da Lapa, Sítio do Mato e Carinhanha – BA.

Os principais problemas relacionados com as construções nessas áreas dizem respeito à dificuldade de acesso e à situação documental de posse dos terrenos, tendo em vista que poucas comunidades receberam o título de propriedade e outras não podem desmembrá-lo, uma vez que o seu uso é comunitário.

Resultado alcançado:

Construção de quatro escolas, totalizando dez salas de aula, em municípios com áreas remanescentes de quilombos, conforme convênio, cujos partícipes são o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, representado pelo Departamento de Engenharia e Construção, com a interveniência da Secretaria de Educação Fundamental – SEF, representada pela Direção Geral do Projeto de Fortalecimento da Escola – Fundescola e das Prefeituras Municipais de Monte Alegre de Goiás/GO, de Carinhanha/BA e de Sítio do Mato/BA, conforme demonstrado no quadro a seguir:

UF	Município	Localidade	N.º de salas de aula
GO	Monte Alegre de Goiás	Tinguizal	02
		Bom Jardim	02
BA	Sítio do Mato Carinhanha	Mangal Barro Vermelho	02
		Barra do Parateca	04

Fonte: SEF/DDSE/CAISE

Apoio à Implantação da Escola Ativa

A Escola Ativa é uma inovação educacional, que inclui estratégias e recursos que possibilitam um ensino fundamental completo e melhoram a aprendizagem, a qualidade e a eficiência da educação em escolas de poucos recursos, como as escolas multisseriadas situadas em áreas rurais e nas periferias de centros urbanos.

Essa inovação educacional, considerada eficaz nos vários países onde foi aplicada com todos os seus componentes e estratégias, é financiada pelo Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola.

Dando continuidade ao trabalho de apoio técnico desenvolvido junto aos municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás e Cavalcante, que abrangem a comunidade remanescente de quilombos – Kalunga, a SEF/MEC articulou junto ao FUNDESCOLA, a implantação da escola ativa nas classes multisseriadas desses municípios. A opção por esses municípios levou em consideração que, em Cavalcante e Monte Alegre de Goiás, a totalidade das escolas localizadas na área Kalunga é multisseriada e haveria construção de novas escolas com recursos do FUNDESCOLA.

Para o alcance desse objetivo foram realizadas as atividades abaixo:

treinamento de professores e supervisores em Goiânia, aliando parte teórica à prática;

distribuição dos livros para os alunos e professores;

distribuição do kit de material didático para as escolas;

encaminhamento aos municípios acima citados de Instrumento de Acompanhamento da escola ativa.

Beneficiários da Escola Ativa

Municípios	N.º de Escolas	N.º de Professores	N.º de Alunos
Monte Alegre de Goiás	06	09	254
Teresina de Goiás	02	02	53
Cavalcante	15	17	505
Total	23	28	812

Fonte: SEF/DDSE/CAISE

Oficina de Parceiros – Subsídios para o Planejamento Voltado para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Remanescentes de Quilombos

A Fundação Cultural Palmares – FCP, com o apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, sob a coordenação da Casa Civil/PR, realizou duas oficinas de planejamento com o objetivo de elaborar, em conjunto com instituições parceiras e representantes das comunidades quilombolas, um Plano de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Participaram das oficinas, como parceiros, MEC/SEF/DDSE, FCP, Casa Civil/PR, MS, Funasa, Pronaf, SAF, Embratur, Prog. Universidade Solidária, Fundescola, MJ, MTE, MPAS, Incra, Sefor e 22 representantes de comunidades quilombolas.

O debate tomou como referência as análises e diretrizes políticas apresentadas no Plano Plurianual – PPA 2000-2003 e procurou estabelecer estratégias de ação conjunta e tecer uma rede de relacionamentos que permitam redesenhar o quadro de desigualdades por origem étnica, especificamente as de descendência africana.

A primeira oficina foi realizada em abril de 2000, em Brasília, e tratou das comunidades remanescentes de quilombos em nível nacional. Uma segunda, foi realizada em junho do mesmo ano, no Mocambo Campinho da Independência, em Paraty – RJ.

A reunião teve como produto:

formulação de um plano de trabalho intersetorial, em parceria com as instituições que atuam com o desenvolvimento local sustentável, visando a solução dos vários níveis dos problemas diagnosticados;

definição de estratégias para a formulação de uma política pública para as comunidades remanescentes de quilombos;

indicação dos componentes do Grupo Executivo encarregado da articulação e acompanhamento de todas as ações a serem executadas, pelos parceiros, nas comunidades;

discussão de uma minuta de cooperação técnica que devem celebrar entre si os órgãos que fazem parte do grupo de apoio às comunidades remanescentes de quilombos.

Projeto “Vida e História Kalunga”

Tendo em vista as classes das escolas situadas na área Kalunga serem, em sua maioria, multisseriadas, o projeto prevê a elaboração de um único livro de leitura a ser usado por professores e por todos os alunos de 1ª a 4ª série e um segundo livro sob forma de caderno de atividades, que será usado pelo mesmo aluno nas quatro primeiras séries do Ensino Básico.

Esse livro terá caráter interdisciplinar e deverá ser utilizado no ensino de matérias como Português, História, Geografia e ainda os Temas Transversais: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, e Temas Locais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, elaborados pelo Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental. Constará ainda do livro, orientação pedagógica ao professor, subsidiando o uso do livro de leitura.

Para atingir tais objetivos o livro está organizado procurando traçar um perfil do modo de vida Kalunga no seu passado, presente e futuro, procurando dar a noção de sua inserção na história do Brasil, importância de sua origem africana e no povoamento de Goiás e ainda, sua peculiar forma de ocupação da Chapada dos Veadeiros. A luta pela terra e todas as outras conquistas são objeto de reflexão.

O desenvolvimento do projeto foi realizado em conjunto com a SEF/DDSE e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB da Universidade de Brasília – UNB. Para tanto foi constituída uma equipe composta por professoras, antropólogas e alunas da faculdade de educação da UNB.

A equipe desenvolveu o trabalho com base nas ações de treinamento dos alunos da UnB que participaram do trabalho e de pesquisa campo nas seguintes localidades: Ribeirão dos Bois, Sucury, Bom Jardim, Tinguizal, Riachão, Areias, Barra, Vão do Moleque, Vão de Almas, Gameleira e Vazantão, nos municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás e Cavalcante, no estado de Goiás.

O trabalho de pesquisa de campo, de corte etnográfico, foi desenvolvido em três eixos:

ação pedagógica desenvolvida com professores e alunos das escolas da comunidade, a fim de contextualizar a realidade Kalunga frente às demais comunidades remanescentes de quilombos do país;

observação participante dos vários aspectos da vida comunitária (estrutura de produção, festas, meio ambiente, normas de pertencimento, religiosidade, hábitos alimentares, mitos e lendas, noções de doença e saúde);

entrevistas com moradores considerados representativos da comunidade.

Com o desenvolvimento da pesquisa de campo foram selecionadas 150 imagens entre fotos e desenhos dos alunos, que retratam aspectos do modo de vida e da história local, as quais serão utilizadas para a elaboração do livro e para exposições.

Orientação para o Apoio Financeiro a Projetos Educacionais em Municípios com Áreas Remanescentes de Quilombos.

Com o intuito de estimular o desenvolvimento de um trabalho específico versando sobre os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com ênfase à população afro-descendente, a SEF/MEC, no decorrer do exercício de 2000, apoiou, tecnicamente, alguns municípios com áreas remanescentes de quilombos, previamente selecionados, objetivando a melhoria da qualidade do ensino fundamental, por meio de um aporte financeiro definido, voltado para a realização de cursos de formação continuada para professores que atuam diretamente nessas áreas.

Foram realizadas reuniões técnicas com gestores e técnicos da educação de municípios dos estados da Bahia e Goiás e prestada assessoria, à distância, aos demais estados, para a elaboração de projetos educacionais.

Como resultado alcançado pode-se citar a análise de projetos de onze Prefeituras Municipais que solicitaram R\$ 225.893,03, sendo recomendada a aprovação de R\$ 208.660,68, o que beneficiará 630 docentes que atuam no ensino fundamental.

Quadro resumo a seguir:

UF	Município	Recurso Financeiro (R\$ 1,00)		Nº de professores beneficiados
		Solicitado	Recomendado	
GO	Teresina de Goiás	5.325,00	4.800,00	12
	Cavalcante	7.146,12	7.146,12	31
	Monte Alegre de Goiás	11.806,55	10.603,60	35
BA	Bom Jesus da Lapa	12.520,00	12.520,00	40
	Sítio do Mato	24.638,40	24.000,00	60
	Carinhanha	46.063,16	46.063,16	143
	Seabra	23.541,60	23.541,60	60
	Souto Soares	31.424,70	31.424,70	109
	Lençóis	18.600,00	16.000,00	40
RS	Osório	12.561,50	12.561,50	50
MG	Buritizero	32.266,00	20.000,00	50
Total		225.893,03	208.660,68	630

Fonte: SAPE em 04/01/01

Grupo de Trabalho de Apoio à Gestão Educacional dos Municípios

Foi iniciado, no exercício de 1999, um trabalho que visa ao atendimento diferenciado, com apoio financeiro a projetos na área de Educação de Jovens e Adultos – EJA, para os municípios nos quais pelo menos 50% dos professores têm como grau de escolaridade o ensino fundamental incompleto.

Com base em estudos e análises dos dados dos Censos Educacionais, a CAISE selecionou alguns municípios, os quais foram contactados, sensibilizando-os para o problema da habilitação adequada de professores.

Os municípios foram informados da possibilidade de formarem turmas de EJA cujos alunos seriam os próprios professores, que possuíam como escolaridade o Ensino Fundamental Incompleto, e que poderiam pleitear o financiamento junto ao MEC para aquisição de material didático para estes alunos, bem como curso de formação continuada para os professores de EJA.

Foram encaminhados instrumentos para coleta de dados específicos aos municípios que demonstraram interesse em participar dos trabalhos.

ANEXOS

Tabela 1
PREFEITURAS MUNICIPAIS
METAS FÍSICAS - 2000

Abrangência: Pré-Escolar

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	Professor
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	
AC	9	134.410,13	2.994	144
AL	15	572.622,92	9.332	436
AM	4	236.861,78	16.613	652
AP	4	160.132,06	3.673	121
BA	34	844.060,02	20.846	944
CE	16	877.085,89	34.331	1.355
DF	1	610.012,80	5.000	1.600
ES	13	265.640,53	7.235	461
GO	11	252.289,69	6.312	447
MA	26	1.141.306,90	31.275	1.431
MG	29	638.151,47	15.854	857
MS	7	231.191,39	6.963	317
MT	10	253.851,73	8.790	365
PA	2	102.530,81	1.922	67
PB	15	436.330,73	8.386	372
PE	29	903.923,81	22.765	1.361
PI	3	48.194,25	3.388	107
PR	63	1.114.915,18	34.200	668
RJ	15	642.624,12	32.285	1.059
RN	14	406.573,67	7.565	388
RO	7	63.289,99	1.399	43
RR	1	22.354,47	1.667	-
RS	47	414.673,39	10.647	1.004
SC	21	334.232,97	9.783	349
SE	27	1.066.128,43	27.624	1.410
SP	100	2.315.719,76	106.046	6.426
TO	1	13.532,88	232	10
TOTAL	524	14.102.641,77	437.127	22.394

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Tabela 2
PREFEITURAS MUNICIPAIS
METAS FÍSICAS - 2000

Abrangência: Ensino Fundamental

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	2	22.439,70	2.212	100
AL	5	129.985,51	53.483	514
AM	1	111.192,84	74.051	1.892
AP	-	-	-	-
BA	11	245.322,13	46.844	1.101
CE	1	15.168,21	1.500	107
DF	-	-	-	-
ES	3	64.358,07	11.802	341
GO	4	27.783,40	1.307	118
MA	9	260.697,27	27.286	840
MG	3	52.713,80	3.671	240
MS	1	28.971,31	1.640	182
MT	3	69.879,25	9.638	500
PA	4	62.959,35	14.541	453
PB	2	171.453,36	17.316	673
PE	6	216.608,88	7.981	970
PI	-	-	-	-
PR	14	132.601,01	20.036	1.008
RJ	4	71.864,60	14.837	916
RN	3	446.246,60	47.187	1.754
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	4	70.805,12	37.386	2.374
SC	6	107.702,30	16.813	896
SE	5	121.168,79	14.813	499
SP	22	354.035,28	96.531	2.636
TO	-	-	-	-
TOTAL	113	2.783.956,78	520.550	18.114

Fonte: MEC/SEF/SAPE

Tabela 3
SECRETARIAS ESTADUAIS
METAS FÍSICAS - 2000

Abrangência: Ensino Fundamental

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	1	150.891,34	20.000	648
AL	-	-	-	-
AM	-	-	-	-
AP	-	-	-	-
BA	1	378.000,00	29.446	1.050
CE	-	-	-	-
DF	-	-	-	-
ES	-	-	-	-
GO	1	779.163,30	666.626	3.100
MA	-	-	-	-
MG	-	-	-	-
MS	-	-	-	-
MT	-	-	-	-
PA	-	-	-	-
PB	1	182.620,80	190.230	6.341
PE	-	-	-	-
PI	-	-	-	-
PR	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-
RN	-	-	-	-
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	-	-	-	-
SC	-	-	-	-
SE	-	-	-	-
SP	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
TOTAL	4	1.490.675,44	906.302	11.139

Fonte: MEC/SEF/SAPE

Tabela 4
PREFEITURAS MUNICIPAIS
METAS FÍSICAS - 1999

Abrangência: Ensino Fundamental

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	-	-	-	-
AL	1	30.000,00	8.317	250
AM	3	62.672,00	8.364	257
AP	-	-	-	-
BA	4	601.871,04	59.764	1.795
CE	-	-	-	-
DF	-	-	-	-
ES	-	-	-	-
GO	2	25.536,00	4.512	168
MA	-	-	-	-
MG	9	188.044,05	36.196	921
MS	3	190.665,65	12.015	748
MT	2	133.554,72	40.185	1.546
PA	-	-	-	-
PB	-	-	-	-
PE	-	-	-	-
PI	1	5.200,00	3.596	128
PR	-	-	-	-
RJ	2	20.394,60	4.799	198
RN	-	-	-	-
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	1	22.840,00	5.641	400
SC	1	120.000,00	8.080	300
SE	-	-	-	-
SP	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
TOTAL	29	1.400.778,06	191.469	6.711

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Tabela 5
SECRETARIAS ESTADUAIS
METAS FÍSICAS - 1999

Abrangência: Ensino Fundamental

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	1	237.763,37	64.147	3.133
AL	1	122.960,00	48.000	400
AM	-	-	-	-
AP	-	-	-	-
BA	1	382.000,00	29.446	955
CE	1	680.000,00	521.659	10.000
DF	1	598.782,50	346.843	4.825
ES	-	-	-	-
GO	1	865.737,00	134.856	3.100
MA	-	-	-	-
MG	-	-	-	-
MS	-	-	-	-
MT	1	600.000,00	51.923	1.500
PA	-	-	-	-
PB	1	281.316,00	36.665	1.182
PE	1	400.000,00	1.819.070	1.000
PI	-	-	-	-
PR	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-
RN	1	300.000,29	371.190	3.529
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	-	-	-	-
SC	-	-	-	-
SE	1	348.584,40	70.500	2.220
SP	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
TOTAL	11	4.817.143,56	3.494.299	31.844

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Tabela 6
PREFEITURAS MUNICIPAIS
METAS FÍSICAS - 1999

Abrangência: Aceleração da Aprendizagem

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	6	181.370,40	3.301	198
AL	31	931.058,63	17.603	879
AM	5	128.616,00	2.209	156
AP	1	34.046,62	41	550
BA	51	1.416.787,55	25.831	1.361
CE	31	888.716,39	16.832	1.086
DF	-	-	-	-
ES	4	41.050,00	930	77
GO	8	106.095,40	1.816	136
MA	58	1.246.070,58	26.015	1.174
MG	10	103.115,00	1.917	107
MS	18	255.310,06	4.574	566
MT	8	115.281,20	2.230	176
PA	24	576.973,24	10.533	959
PB	55	1.597.837,33	30.791	1.596
PE	27	666.764,00	13.045	698
PI	17	352.972,83	7.270	395
PR	16	206.235,00	5.062	104
RJ	23	821.413,96	16.384	1.233
RN	14	164.328,49	3.301	207
RO	2	23.772,50	390	30
RR	3	17.432,00	415	40
RS	24	216.915,52	6.928	737
SC	21	192.489,40	2.453	431
SE	12	266.871,00	4.300	436
SP	11	99.784,61	2.228	179
TO	9	178.859,33	3.792	162
TOTAL	489	10.830.167,04	210.191	13.673

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Tabela 7
SECRETARIAS ESTADUAIS
METAS FÍSICAS - 1999

Abrangência: Aceleração da Aprendizagem

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	1	152.866,80	3.470	139
AL	1	300.800,00	5.875	235
AM	1	149.888,00	2.750	150
AP	-	-	-	-
BA	1	512.000,00	10.000	400
CE	1	834.769,65	41.500	1.643
DF	1	202.000,070	4.000	150
ES	1	242.550,00	5.250	210
GO	1	414.640,00	8.000	338
MA	1	526.000,00	10.000	450
MG	-	-	-	-
MS	-	-	-	-
MT	1	77.770,00	3.000	100
PA	1	528.000,00	10.400	460
PB	1	125.680,00	2.547	85
PE	1	333.336,00	3.570	850
PI	1	358.338,40	16.345	654
PR	1	112.400,00	1.000	330
RJ	1	186.480,00	-	720
RN	1	77.457,60	-	594
RO	1	166.920,00	2.073	300
RR	-	-	-	-
RS	1	92.400,00	-	330
SC	1	203.720,00	3.553	220
SE	1	129.400,00	1.625	230
SP	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
TOTAL	21	5.727.416,45	134.958	8.588

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Tabela 8
PREFEITURAS MUNICIPAIS
METAS FÍSICAS - 2000

Abrangência: Aceleração da Aprendizagem

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	3	52.037,25	885	62
AL	14	399.371,00	8.583	378
AM	2	46.080,00	1.000	40
AP	-	-	-	-
BA	58	1.671.847,42	41.011	2.006
CE	33	1.536.935,80	35.708	1.482
DF	-	-	-	-
ES	3	31.796,50	629	72
GO	6	96.324,28	1.648	223
MA	25	622.821,32	12.950	677
MG	11	164.541,88	3.012	316
MS	14	194.316,90	3.597	309
MT	8	103.650,92	1.891	236
PA	16	301.682,77	5.851	448
PB	11	254.789,81	5.029	234
PE	25	642.032,80	13.276	647
PI	7	99.517,71	2.141	142
PR	23	159.898,39	4.470	160
RJ	11	198.552,68	4.429	287
RN	10	135.431,96	2.528	155
RO	2	9.102,23	103	50
RR	-	-	-	-
RS	9	91.079,08	1.960	556
SC	5	37.764,00	323	104
SE	13	249.665,36	5.262	296
SP	11	95.357,80	1.812	258
TO	5	56.869,58	29	101
TOTAL	325	7.251.467,44	158.127	9.239

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Tabela 9
SECRETARIAS ESTADUAIS
METAS FÍSICAS - 2000

Abrangência: Aceleração da Aprendizagem

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	1	612.997,39	13.716	549
AL	-	-	-	-
AM	-	-	-	-
AP	-	-	-	-
BA	1	133.200,00	3.000	100
CE	-	-	-	-
DF	-	-	-	-
ES	-	-	-	-
GO	-	-	-	-
MA	1	473.400,00	10.000	450
MG	-	-	-	-
MS	-	-	-	-
MT	-	-	-	-
PA	-	-	-	-
PB	-	-	-	-
PE	-	-	-	-
PI	-	-	-	-
PR	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-
RN	-	-	-	-
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	-	-	-	-
SC	-	-	-	-
SE	-	-	-	-
SP	-	-	-	-
TO	1	246.330,00	7.375	295
TOTAL	4	1.465.927,39	34.091	1.394

Fonte: MEC/SEF/SAPE

Tabela 10
PREFEITURAS MUNICIPAIS
METAS FÍSICAS - 2000

Abrangência: Educação Escolar Indígena

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	-	-	-	-
AL	-	-	-	-
AM	1	28.538,62	2.044	63
AP	-	-	-	-
BA	1	6.957,00	753	20
CE	1	1.404,00	125	5
DF	-	-	-	-
ES	-	-	-	-
GO	-	-	-	-
MA	-	-	-	-
MG	-	-	-	-
MS	5	93.702,80	2.799	100
MT	2	8.922,83	800	54
PA	-	-	-	-
PB	1	11.799,00	1.209	33
PE	1	5.310,00	477	18
PI	-	-	-	-
PR	3	10.156,76	503	16
RJ	1	7.240,00	60	25
RN	-	-	-	-
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	-	-	-	-
SC	-	-	-	-
SE	-	-	-	-
SP	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
TOTAL	16	174.031,01	8.770	334

Fonte: MEC/SEF/SAPE

Tabela 11
SECRETARIAS ESTADUAIS
METAS FÍSICAS - 2000

Abrangência: Educação Escolar Indígena

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	1	63.360,00	-	110
AL	-	-	-	-
AM	-	-	-	-
AP	-	-	-	-
BA	-	-	-	-
CE	-	-	-	-
DF	-	-	-	-
ES	-	-	-	-
GO	-	-	-	-
MA	-	-	-	-
MG	1	41.828,00	2.050	66
MS	-	-	-	-
MT	-	-	-	-
PA	-	-	-	-
PB	-	-	-	-
PE	-	-	-	-
PI	-	-	-	-
PR	1	67.936,00	1.992	100
RJ	-	-	-	-
RN	-	-	-	-
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	-	-	-	-
SC	-	-	-	-
SE	-	-	-	-
SP	-	-	-	-
TO	1	52.554,25	2.249	60
TOTAL	4	225.678,25	6.291	336

Fonte: MEC/SEF/SAPE

Tabela 12

**PREFEITURAS MUNICIPAIS
METAS FÍSICAS - 2000**

Abrangência: Educação de Jovens e Adultos

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	4	77.562,63	2.309	68
AL	22	426.265,83	13.511	523
AM	7	177.100,93	5.375	213
AP	-	-	-	-
BA	60	1.648.886,87	44.409	2.532
CE	67	1.527.586,10	47.859	2.027
DF	-	-	-	-
ES	1	7.460,00	213	8
GO	8	201.623,23	6.166	340
MA	31	530.177,49	15.849	691
MG	27	270.159,01	10.507	456
MS	5	101.261,48	3.982	134
MT	3	63.810,83	1.835	129
PA	25	360.964,15	9.648	1.539
PB	16	387.616,01	13.109	518
PE	37	693.225,52	24.556	734
PI	12	185.042,81	18.272	285
PR	33	110.816,85	4.794	104
RJ	8	136.210,19	3.848	557
RN	19	286.910,60	7.719	396
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	8	63.067,96	1.399	198
SC	3	293.218,99	10.544	378
SE	18	345.033,88	9.830	462
SP	36	343.998,20	16.340	686
TO	2	19.094,60	650	24
TOTAL	452	8.257.094,16	272.724	13.002

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Tabela 13
SECRETARIAS ESTADUAIS
METAS FÍSICAS - 2000

Abrangência: Educação de Jovens e Adultos

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	1	269.341,38	20.000	836
AL	-	-	-	-
AM	-	-	-	-
AP	-	-	-	-
BA	1	1.217.412,00	40.034	1.380
CE	-	-	-	-
DF	-	-	-	-
ES	-	-	-	-
GO	-	-	-	-
MA	1	90.000,00	2.680	116
MG	-	-	-	-
MS	-	-	-	-
MT	-	-	-	-
PA	-	-	-	-
PB	-	-	-	-
PE	-	-	-	-
PI	-	-	-	-
PR	1	537.792,00	28.098	1.000
RJ	1	487.839,20	12.000	1.550
RN	-	-	-	-
RO	1	279.000,00	6.500	450
RR	-	-	-	-
RS	-	-	-	-
SC	1	324.800,00	36.100	240
SE	-	-	-	-
SP	-	-	-	-
TO	1	48.510,00	-	350
TOTAL	8	3.254.694,58	145.412	5.922

Fonte: MEC/SEF/SAPE

Tabela 14

**SECRETARIAS - ONG
METAS FÍSICAS - 2000**

Abrangência: Educação de Jovens e Adultos

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	-	-	-	-
AL	-	-	-	-
AM	-	-	-	-
AP	-	-	-	-
BA	-	-	-	-
CE	-	-	-	-
DF	4	4.419.386,74	25.598	15.988
ES	-	-	-	-
GO	-	-	-	-
MA	-	-	-	-
MG	-	-	-	-
MS	-	-	-	-
MT	-	-	-	-
PA	-	-	-	-
PB	-	-	-	-
PE	-	-	-	-
PI	-	-	-	-
PR*	1	680.848,25	26.678	1.167
RJ	1	63.300,00	-	240
RN	-	-	-	-
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	1	189.998,90	7.000	490
SC	-	-	-	-
SE	-	-	-	-
SP	1	1.242.600,00	18.750	840
TO	-	-	-	-
TOTAL	8	6.596.133,89	78.026	18.725

Fonte: MEC/SEF/SAPE

* incluído ajuda de custo

Tabela 15

**SECRETARIAS ESTADUAIS
METAS FÍSICAS - 2000**

Abrangência: Paz nas Escolas - Formação de Professores

Posição: 03/01/2001

UF	N.º de Mun.	Valor	Metas Físicas	
	Beneficiados	Empenhado	Aluno	Professor
AC	-	48.600,00	90.000	135
AL	-	-	-	-
AM	-	-	-	-
AP	-	72.900,00	16.000	400
BA	-	115.200,00	28.000	320
CE	-	-	-	-
DF	-	178.983,00	78.400	840
ES	-	-	-	-
GO	-	111.600,00	250.000	310
MA	-	-	-	-
MG	-	-	-	-
MS	-	-	-	-
MT	-	-	-	-
PA	-	-	-	-
PB	-	107.989,20	127.709	360
PE	-	109.771,20	25.600	800
PI	-	-	-	-
PR	-	-	-	-
RJ	-	79.408,00	140.000	280
RN	-	80.514,00	49.412	1.200
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	-	-	-	-
SC	-	56.000,00	538.634	280
SE	-	-	-	-
SP	-	139.199,94	233.000	731
TO	-	-	-	-
TOTAL	0	1.100.165,34	1.576.755	5.656

Fonte: MEC/SEF/SAPE

Tabela 16
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - 2000

Entidades	Processos Cadastrados	Processos Empenhados	Total de Recursos Solicitados	Total de Recursos Recomendados	Total de Recursos Empenhados
Sec. Estaduais de Educação	1	1	2.193.760,00	610.012,80	610.012,80
Prefeituras Municipais	3.248	523	118.758.700,33	29.325.430,69	13.492.628,97
TOTAL	3.249	524	120.952.460,33	29.935.443,49	14.102.641,77

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Obs. Em 1999 não houve repasse de recursos financeiros do MEC para a Educação Pré-Escolar. Os processos cadastrados em 1999, foram recadastrados no ano 2000.

Tabela 17
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 2000

Entidades	Processos Cadastrados	Processos Empenhados	Total de Recursos Solicitados	Total de Recursos Recomendados	Total de Recursos Empenhados
Sec. Estaduais de Educação	10	9	12.092.133,11	3.477.210,58	3.281.694,58
Prefeituras Municipais	856	449	23.933.930,82	11.550.896,58	8.173.686,45
Organ. Não Governamental	26	8	10.436.794,55	6.929.279,18	6.596.133,89
Universidades	-	-	-	-	-
TOTAL	892	466	46.462.858,48	21.957.386,34	18.051.514,92

SEC - 5 processos de 1999 foram revalidados para 2000, apenas as SEED/PA foi cadastrada em 2000

PM - Foram cadastrados em 2000 um total de 281 processos

Tabela 18
ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM - 2000

Entidades	Processos Cadastrados	Processos Empenhados	Total de Recursos Solicitados	Total de Recursos Recomendados	Total de Recursos Empenhados
Sec. Estaduais de Educação	4	4	1.933.093,55	1.465.927,39	1.465.927,39
Prefeituras Municipais	652	325	26.040.693,98	11.242.232,43	7.251.467,44
TOTAL	656	329	27.973.787,53	12.708.159,82	8.717.394,83

SEC - 01 processo de 1999 foi revalidado (TO)

PM - 627 processos de 1999 foram revalidados para 2000 e foram cadastrados 25 novos processos

Tabela 19
ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM - 1999/2000

Entidades	Processos Cadastrados	Processos Empenhados	Total de Recursos Solicitados	Total de Recursos Recomendados	Total de Recursos Empenhados
Sec. Estaduais de Educação	26	25	41.918.044,18	7.275.943,84	7.193.343,84
Prefeituras Municipais	1.148	814	73.151.215,35	27.761.937,76	18.081.634,48
TOTAL	1.174	839	115.069.259,53	35.037.881,60	25.274.978,32

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Tabela 20
ENSINO FUNDAMENTAL - 2000

Entidades	Processos Cadastrados	Processos Empenhados	Total de Recursos Solicitados	Total de Recursos Recomendados	Total de Recursos Empenhados
Sec. Estaduais de Educação	16	4	35.176.205,49	4.582.015,33	1.490.675,44
Prefeituras Municipais	2.538	114	97.636.658,40	19.032.337,63	2.783.956,78
TOTAL	2.554	118	132.812.863,89	23.614.352,96	4.274.632,22

SEC - 4 processos deram entrada em 2000

P.M. - 165 processos deram entrada em 2000

Tabela 21
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - 2000

Entidades	Processos Cadastrados	Processos Empenhados	Total de Recursos Solicitados	Total de Recursos Recomendados	Total de Recursos Empenhados
Sec. Estaduais de Educação	6	4	934.827,86	273.264,35	225.678,25
Prefeituras Municipais	54	16	1.319.546,77	345.800,66	174.031,01
TOTAL	60	20	2.254.374,63	619.065,01	399.709,26

SEED: 03 processos de 1999 foram revalidados para 2000

P.M.: Foram realizados 51 processos de 1999 e cadastrados 03 de 2000

Tabela 22
PAZ NAS ESCOLAS - 2000

Entidades	Processos Cadastrados	Processos Empenhados	Total de Recursos Solicitados	Total de Recursos Recomendados	Total de Recursos Empenhados
Sec. Estaduais de Educação	11	11	1.172.399,44	1.100.165,34	1.100.165,34
TOTAL	11	11	1.172.399,44	1.100.165,34	1.100.165,34

Fonte: MEC/FNDE/SAPE

Obs.: O Programa Paz na Escolas foi implantado à partir de 2000.